

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Laiza Fortes Siqueira

GÊNERO, NACIONALISMO E REVOLUÇÃO: O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO CURDO

Santa Maria, RS

2022

Laiza Fortes Siqueira

GÊNERO, NACIONALISMO E REVOLUÇÃO: O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO CURDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharela em Relações Internacionais**.

Orientador: Professor Dr. Bruno Hendler

Santa Maria, RS

2022

Laiza Fortes Siqueira

GÊNERO, NACIONALISMO E REVOLUÇÃO: O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO CURDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharela em Relações Internacionais**.

Aprovado em __ de _____ de 202__.

Bruno Hendler, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Júlio César Cossio Rodriguez, Dr. (UFSM)

Mariana Selister Gomes, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Por trás deste trabalho, há inúmeras forças que me guiaram e me trouxeram até aqui, sem as quais eu jamais poderia ter concluído esse pequeno passo da minha trajetória.

A rede pública de ensino fez parte de toda minha vida escolar e universitária. Por isso, não posso deixar de começar agradecendo à Universidade Federal de Santa Maria, por ter me proporcionado o acesso a uma educação superior totalmente gratuita e de qualidade. E me sinto totalmente grata a todos os professores, professoras, funcionários e funcionárias que passaram por mim dentro desta rede de ensino durante todos esses anos.

Em especial, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Bruno Hendler, por ter me apoiado ao longo deste trabalho. Obrigada pela orientação, pelos comentários e sugestões, e por ter me incentivado a continuar sempre. A sua paciência, compreensão e suporte foram muito importantes para mim. Era exatamente o que eu precisava, e isso deixou tudo mais fácil.

Ao longo deste curso, tive também a oportunidade - e o desafio - de fazer parte de diversos projetos de extensão e de iniciação científica, que moldaram muito quem eu sou enquanto internacionalista e pessoa, e a forma como eu vejo o mundo: o projeto Afroriente (*in memoriam*) e o seu sucessor Paralelo 33; o Cine Direitos Humanos; o Grupo de Estudos em Capacidade Estatal, Segurança e Defesa (GECAP); e em especial ao Pré-Universitário Popular Alternativa, espaço ao qual eu devo as maiores alegrias e desafios que tive ao longo de todo esse percurso. A todos os educandos e educandas que passaram por mim, muito obrigada pela confiança, pela troca e por tudo que vocês me ensinaram.

Quatro pessoas foram fundamentais para a realização deste trabalho: Laura Bulegon, Luiza Farias, Tais Chiquitelli e Valentina Haag. Não encontro palavras para agradecer vocês. Se eu estou aqui escrevendo estes agradecimentos, é por que vocês ouviram muito (sinto muito). E porque me deram força para continuar: seja com palavras; frases de efeito; críticas construtivas e debates; ou com nossos surtos compartilhados e com momentos de distração, porque merecemos, sim!! Obrigada por tudo, mas, principalmente, por estarem aqui, por fazerem parte da minha vida. Penso em vocês sempre.

A vida acadêmica e universitária também não teria sido tão feliz e tão intensa se não fosse pelas seguintes pessoas: Juliany Bernardino, Muriel Block, Talissa Talamoni, Renata Rodrigues, Antônia Haag, Amanda Antonette, Cássio Wohlenberg, e Walter Buske. Ainda bem que todos vocês fizeram parte de tudo isso junto comigo. Obrigada também a Mabel Benetti, por ter me proporcionado conteúdos de extrema qualidade nos últimos anos, só assim consegui sobreviver! Também devo muito a Manuela Pereira, minha amiga/vizinha de portão, com quem divido livros e fofocas desde a infância.

E tudo o que eu sou e qualquer lugar que eu chegar, eu devo à minha família.

Kessy Moresco e Luísa Panegalli: quando penso em família, penso em vocês também. Eu não consigo lembrar se houve um período em que não estivéssemos juntas. Sempre nós três. Onde quer que eu esteja, levo vocês comigo.

Agradeço aos meus irmãos, Miguel e Stefania, que são parte indissociável de mim. Me sinto privilegiada demais em compartilhar a vida com vocês. Amo vocês.

E por fim, eu agradeço de todo o coração e com toda minha força aos meus pais, Tânia e João, que sempre batalharam para me dar tudo o que não tiveram e o que não podiam. A minha busca por uma educação de qualidade começou dentro de casa. Eu vejo em vocês o significado de tudo isso.

Obrigada.

*“ Os curdos não possuem amigos senão as montanhas.”
- Provérbio curdo.*

*“Eu disse, ‘E os meus olhos?’
O Amado respondeu, ‘Mantenha-os atentos à estrada.’
Eu disse, ‘E a minha paixão?’
O Amado respondeu, ‘Mantenha ela ardendo neste fogo.’
Eu disse, ‘E o meu coração?’
Ele então perguntou, ‘Me diga, o que você carrega em seu interior?’
Eu lhe respondi, ‘Dor e tristeza...’
Ele disse, ‘Mantenha-se junto delas.
Esta ferida é o local por onde a Luz lhe adentra.’”
- Rumi*

RESUMO

GÊNERO, NACIONALISMO E REVOLUÇÃO: O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO CURDO

AUTORA: Laiza Fortes Siqueira

ORIENTADOR: Bruno Hendler

O Movimento de Libertação Curdo se reestruturou na Turquia na década de 1970, e em 1978 teve-se a fundação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que viria a ser o protagonista da luta de resistência curda. Mesmo com mulheres participando das pautas e do movimento como um todo, a inserção de pautas sobre gênero e nacionalismo começaram a se intensificar a partir da década de 1990, com mulheres procurando expor e validar suas experiências enquanto mulheres e curdas dentro da sociedade. Com a necessidade de buscar um novo sentido e objetivo à luta curda, em seus anos de prisão, o líder do PKK Abdullah Ocalan reformulou a base ideológica do partido e formulou o Confederalismo Democrático, uma forma de autogoverno baseada na democracia direta. Com uma postura crítica às três principais estruturas da sociedade - o Estado, o Capital e o Patriarcado -, essa nova forma de governo vê na libertação da mulher a chave para se libertar de todas as formas de opressão. Com o vácuo de poder deixado pela Guerra da Síria, em curso desde 2011, o Partido da União Democrática (PYD), partido irmão do PKK, toma posse de Rojava, o Curdistão Sírio. Desde então, ao tentar buscar uma nova via política na região, Rojava torna-se o palco para a implementação do Confederalismo Democrático, mesmo com as dificuldades diárias de um conflito de inúmeras frentes. A pergunta que guia essa pesquisa é: de que forma o Confederalismo Democrático modificou os papéis das mulheres ao longo do movimento de autodeterminação curdo em Rojava? Assim, analisar os papéis que as mulheres curdas desempenharam no movimento de autodeterminação e revolucionário em Rojava é o principal objetivo deste trabalho. Que será explorada a partir dos objetivos específicos: (I) analisar a formação do PKK e o desenvolvimento da luta armada até à virada ideológica, e como esta levou à revolução de Rojava; (II) analisar os preceitos e objetivos do Confederalismo Democrático, de forma a entender como as mulheres ocupam uma posição central na sua implementação; e, por fim (III) identificar como os papéis das mulheres curdas se modificaram ao longo do tempo. Esta pesquisa será qualitativa, com método de abordagem descritivo. Como método de procedimento optou-se pelo método histórico. Por fim, será utilizada como técnica de pesquisa a documentação indireta, a partir da pesquisa bibliográfica,

Palavras-Chave: Movimento de Libertação Curdo. Revolução de Rojava. PKK. PYD. Gênero. Nacionalismo.

ABSTRACT

GENDER, NATIONALISM AND REVOLUTION: THE KURDISH LIBERATION MOVEMENT

AUTHOR: LAIZA FORTES SIQUEIRA

ADVISER: BRUNO HENDLER

The Kurdish Liberation Movement was restructured in Turkey in the 1970s, and in 1978 the Kurdistan Workers' Party (PKK) was founded, which would become the protagonist of the Kurdish resistance struggle. Even with women participating in the agendas and in the movement as a whole, the insertion of agendas on gender and nationalism began to intensify from the 1990s onwards, with women seeking to expose and validate their experiences as women and Kurds within society. Needing to find a new meaning and purpose in the Kurdish struggle, during his years in prison, the PKK leader Abdullah Ocalan reshaped the party's ideological foundation and formulated the Democratic Confederalism, a form of self-government based on direct democracy. With a critical stance on the three main structures of society - State, Capital and Patriarchy -, this new form of government seeks in the liberation of women the key to freeing themselves from all forms of oppression. After the power vacuum left by the Syrian Civil War, ongoing since 2011, the Democratic Union Party (PYD), sister party of the PKK, takes possession of Rojava, the Syrian Kurdistan. Since then, aiming at a new political path in the region, Rojava has become the center for the implementation of Democratic Confederalism, even with the daily difficulties of a conflict on numerous fronts. Thus, the question that guides this research is: how did Democratic Confederalism change the roles of women throughout the Kurdish self-determination movement in Rojava? Therefore, analyzing the roles that Kurdish women played in the self-determination and revolutionary movement in Rojava is the main objective of this work. Which will be explored from the specific objectives: (I) to analyze the formation of the PKK and the development of the armed struggle until the ideological turn, and how this led to the Rojava revolution; (II) analyze the precepts and objectives of Democratic Confederalism, in order to understand how women occupy a central position in its implementation; and, finally (III) to identify how the roles of Kurdish women have changed over time. This research will be qualitative, with a descriptive approach method. As a method of procedure, the descriptive method was chosen. Finally, indirect documentation will be used as a research technique, based on bibliographic research.

Keywords: Kurdish Liberation Movement. Rojava Revolution. PKK. PYD Gender. Nationalism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa do Curdistão.....	13
FIGURA 2 - Áreas de Influência no Oriente Médio.....	20

LISTA DE SIGLAS

ARGK	Exército de Libertação Popular do Curdistão
CF	Confederalismo Democrático
DDKO	Corações Culturais Revolucionários do Leste
EI	Estado Islâmico
ENKS	Conselho Nacional Curdo
ERNK	Frente de Libertação Nacional do Curdistão
PDK	Partido Democrático do Curdistão Iraquiano
PDKS	Partido Democrático do Curdistão Sírio
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PYD	Partido da União Democrática
TEV-DEM	Movimento por uma Sociedade Democrática
YAJK	Associação de Mulheres Livres do Curdistão
YJA-STAR	Unidades das Mulheres Livres
YPG	Unidades de Proteção Popular
YPJ	Unidades de Defesas das Mulheres

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO CURDO: DA TURQUIA À ROJAVA	17
2.1 QUEM SÃO OS CURDOS.....	17
2.2 A FRAGMENTAÇÃO DO CURDISTÃO E A MARGINALIZAÇÃO DO POVO CURDO NA TURQUIA.....	20
2.3 REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NA TURQUIA: O PKK.....	22
2.4 A ASCENSÃO DO PKK E À LUTA DE GUERRILHA.....	25
2.5 A VIRADA IDEOLÓGICA.....	29
2.6 A LIBERTAÇÃO DE KOBANE: SIMBOLISMO E RESISTÊNCIA.....	32
3. O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE	36
3.1 O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO.....	36
3.2 OS CONSELHOS POPULARES: AUTOADMINISTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER.....	37
3.3 AS TRÊS RUPTURAS SEXUAIS.....	38
4. OS PAPÉIS DAS MULHERES NO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO CURDO...	43
4.1 GÊNERO E NACIONALISMO NA LUTA PELA AUTODETERMINAÇÃO CURDA.....	43
4.2 A REVOLUÇÃO DE ROJAVA.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6 REFERÊNCIAS	59

1. Introdução

O movimento de libertação nacional curdo se intensificou na Turquia a partir da década de 1970. E foi no final desta década, no ano de 1978, que foi fundado o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (em curdo: *Partiya Karkerên Kurdistan* - PKK), partido que se tornaria o protagonista deste movimento e da sua luta armada até os dias de hoje, que obteve seu ápice com a Revolução de Rojava, que é um processo em curso desde 2013.

A revolução que acontece em Rojava - nome curdo dado ao chamado Curdistão da Síria -, é algo novo e diferente do que já se buscou no Oriente Médio, e como qualquer processo social e histórico, é passível de questionamentos e de dificuldades em seu percurso, ainda mais por estarmos falando de uma área que historicamente e geopoliticamente é disputada. O levante e a organização política e nacional dos curdos não é muito bem vista pelos outros atores da região, como o Estado Islâmico (EI) e a Turquia, além de ser uma área carente de infraestruturas e com conflitos armados em curso.

Ao longo de todo o percurso do movimento curdo, se observa uma redefinição das identidades nacionais, tanto a nível nacional, quanto local e individual. E como demonstra Enloe (2014, p.115, tradução nossa) “(...) a história de qualquer movimento nacionalista é quase sempre uma história repleta de debate de gênero”¹. Nesse sentido, é fundamental analisar de que forma essa nova guinada política em Rojava modificou e reestruturou os papéis das mulheres ideologicamente, politicamente e economicamente ao longo do movimento nacionalista curdo, e também quais os fatores que possibilitarem essa empreitada.

Para tanto, o presente estudo irá utilizar-se do método de abordagem descritivo. Assim, analisar os papéis que as mulheres curdas desempenharam no movimento de autodeterminação e revolucionário em Rojava é o principal objetivo deste trabalho. Tem-se como ponto de partida a pergunta: de que forma o Confederalismo Democrático modificou os papéis das mulheres ao longo do movimento de autodeterminação curdo em Rojava? Para tanto, os objetivos

¹ No original: “(...) *the history of any nationalist movement is almost always a history filled with gendered debate*”.

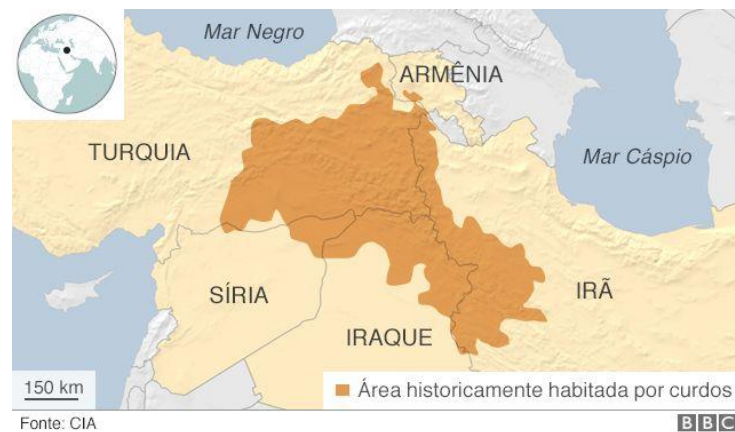
específicos deste trabalho são: (I) analisar a formação do PKK e o desenvolvimento da luta armada até a virada ideológica, e como esta levou à revolução de Rojava; (II) analisar os preceitos e objetivos do Confederalismo Democrático, de forma a entender como as mulheres ocupam uma posição central na sua implementação; e, por fim (III) identificar como os papéis das mulheres curdas se modificaram ao longo do tempo.

Como método de procedimento, preferiu-se a utilização do método histórico e do método de estudo de caso. Neste sentido, a pesquisa será qualitativa, levando em conta seu aspecto subjetivo e descritivo ao narrar os eventos e processos que constituem as mudanças dos papéis das mulheres curdas ao longo do movimento de autodeterminação. Para tanto, será utilizada como técnica de pesquisa a documentação indireta, a partir da pesquisa bibliográfica, ou seja, fontes secundárias como livros, artigos científicos, teses, entre outros; e também com a utilização de pesquisa documental a partir dos estudos de Abdullah Öcalan.

Porém, para compreender os papéis que as mulheres desempenham neste movimento, inicialmente é necessário compreender quem é o povo curdo. Apesar de uma ancestralidade étnica e cultural e adversidades em comum, quando falamos de um povo curdo, não falamos de uma comunidade homogênea, ou até mesmo de um conceito único do que é *ser* curdo, mas sim de uma assimilação identitária que também é passiva de disputadas narrativas, já que falamos de forma ampla de um povo constantemente marginalizado e que teve seu território ancestral fragmentado entre diversos Estados.

O Curdistão, a terra histórica cultural ancestral dos curdos, compreende uma área majoritariamente habitada por essa população e que nos dias de hoje está dividida entre os territórios da Turquia, do Irã, da Síria, e do Iraque. Atualmente, pode-se falar da existência de quatro divisões políticas e geográficas do território do Curdistão, sendo elas: o Curdistão do Norte (parte que fica na Turquia conhecido em curdo como *Bakur*), o Curdistão do Sul (no Iraque, em curdo *Bashur*), o Curdistão Oriental (no Irã, em curdo *Rojhilat*), e o Curdistão Ocidental (na Síria, em curdo *Rojava*). Nesse sentido, a dispersão curda possibilitou que diversos grupos, partidos e organizações políticas, e narrativas nacionais e ideológicas tomassem forma, estabelecendo constituições organizacionais diferentes e objetivos distintos.

Figura 1: Mapa do Curdistão



Fonte: BBC NEWS (2019).

O papel das mulheres na luta armada nas Unidades de Defesas das Mulheres (*Yekineyen Parastine Jinê – YPJ*) também é pertinente, no sentido de que permite estudar as especificidades de gênero na guerra, além das dinâmicas nas quais envolvem a participação de mulheres em movimentos nacionais. Ao longo da história, quando se observa movimentos de libertação nacionais e os Estados que se ergueram depois, as mulheres são excluídas e novamente relegadas ao espaço privado, mesmo tendo papéis ativos de combatentes, demonstrando como o nacionalismo pode em diversas instâncias preservar o patriarcado. E é nesse sentido, que a luta das mulheres curdas se torna algo de relevância para a academia. Com uma particularidade ideológica – o Confederalismo Democrático – e com uma questão estrutural e regional bastante complexa - com a guerra civil da Síria, à resistência frente à Turquia e ao EI, além da fragilidade da infraestrutura e da falta de recursos -, torna-se relevante analisar como o que acontece em Rojava pode vir a se tornar uma terceira via política dentro do Oriente Médio, ou até mesmo na importância de reconhecer a experiência curda na região.

A necessidade de dar maior visibilidade à causa também é um fator relevante a ser considerado, porque pode ampliar o reconhecimento da Revolução de Rojava e os aspectos e especificidades do movimento, bem como seus objetivos e críticas. Além de que mais visibilidade acarretaria também em uma maior produção de conhecimento e debate dentro da academia e da pesquisa, permitindo que maiores percepções e conjecturas possam ser construídas.

E também há o desejo pessoal da autora em estudar mais o papel das mulheres dentro de movimentos nacionais e de autodeterminação, além do interesse em

compreender e explorar mais a realidade das mulheres no meio militar e político. Esse interesse surgiu à partir de duas experiências acadêmicas: 1) em uma disciplina da faculdade intitulada “Relações Internacionais da África” em que pela primeira vez tive contato com as dinâmicas que envolvem mulheres e movimentos nacionais, e a relação entre nacionalismo, militarismo e masculinidade ao elaborar um artigo envolvendo a participação das mulheres na independência da Argélia e na construção do Estado pós-colonial argelino; e 2) na leitura de “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” da escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch (2016), que mudou completamente a maneira pela qual eu passei a observar as relações internacionais, e que me fez refletir e compreender que, para mim, a maneira pela qual estudar sobre guerra e militarismo poderia vir a ser fidedigna e palpável, era se o estudo fosse feito à partir do indivíduo, suas experiências, seu cotidiano, e sua agência.

Os principais estudos que levam a implementação do Confederalismo Democrático em Rojava são os escritos feitos pelo Abdullah Öcalan, postulador do mesmo, enquanto este se encontra detido pelas autoridades turcas, como “Confederalismo Democrático” (2020), “Libertando a vida: A revolução das mulheres” (2016) e “Guerra e Paz no Curdistão” (2008). Öcalan inspirou-se no desenvolvimento de sua obra e na reformulação ideológica na luta do PKK e do nacionalismo curdo em teóricos como Murray Bookchin e Immanuel Wallerstein.

Com o desenrolar dos conflitos da guerra civil da Síria em 2011 e a crescente participação das forças curdas na região, o Confederalismo Democrático em Rojava começou a receber bastante atenção de diversos pesquisadores ao redor do mundo, que se interessam pela experiência revolucionária que ali estava sendo construída.

Há uma grande crítica em diversas autoras que estudam o papel da mulheres curdas, ao feminismo chamado hegemônico, aquele que se pauta em vivências e narrativas de mulheres ocidentais, com ideias e conceitos fortemente ligadas ao liberalismo, sem se preocupar muito com as questões estruturais ligadas à Rojava ou à Revolução. O enfoque aqui, é não cair em análises rasas que idealizam a realidade da guerra e da resistência das mulheres curdas, ou que associam que apenas por entrarem em estruturas masculinizadas como o exército, tornasse as mulheres “libertas” (ALKAN, 2019). Não é possível compreender a realidade dessas mulheres, sem analisar as condicionantes das políticas que excluem e marginalizam os curdos

na região, e violência da guerra contra o EI e à Turquia, que se sente ameaçada pelo governo sendo construído no Curdistão Ocidental.

Para Martins, os movimentos nacionalistas e a militarização não são processos neutros em relação ao gênero, e reforçam a hipermasculinização, o que demonstra como a militarização de qualquer movimento nacionalista ocorre através de divisões de poder baseadas no gênero (ENLOE, 2014). Quando analisamos o papel das mulheres no movimento de libertação curdo e as estruturas de poder com base no gênero, Butler (1988) nos auxilia a entender como este é performativo, pois ele é construído a partir de condutas e padrões sociais, posteriormente sendo reforçado por normativas. Assim, torna-se necessário compreender como essas condutas se desenvolvem ao longo do tempo, e podem ser desafiadas e remodeladas. Ademais, Fraser (2007) também demonstra como essa relação de gênero e nacionalismo é pautada pela necessidade de justiça, interligando assim à etnicidade ao reconhecimento de uma identidade, que é vista neste estudo no entendimento do que é e ser mulher e curda na sociedade.

Além disso, Alkan (2018) debate sobre como é necessário ficar atento ao feminismo ocidental, que propaga uma visão orientalista, que se baseia na exotização e sexualização de mulheres não ocidentais, e podemos observar nesse sentido como uma mulher curda carregando uma arma pode tornar-se um simbolismo para uma libertação e emancipação, já que ir para a guerra seria uma “escolha”, e não uma necessidade. Nesse sentido, Enloe (2014) também virá a ser uma autora importante, levando em conta seus estudos sobre gênero e militarismo, além de ser claro seus estudos de como movimentos nacionalistas podem vir a contribuir para a continuação da dominação das mulheres no estado pós-colonial, o que poderá auxiliar em uma postura mais crítica e atenta ao processo analisado neste trabalho.

Na primeira parte deste trabalho pretende-se analisar a construção histórica e ideológica do movimento de autodeterminação curdo de Rojava, desde a criação do PKK até a virada ideológica deste partido, a estruturação do PYD e a Revolução em 2013. Posteriormente, no segundo capítulo pretende-se expor de forma breve o que é o Confederalismo Democrático e sua base teórica, bem como os seus objetivos em prol da construção política e social do movimento, e como essa mudança necessita da mudança do papel na sociedade. Por fim, no terceiro capítulo, pretende-se analisar

quais as mudanças que a Revolução de Rojava trouxe aos papéis que as mulheres desempenham dentro do movimento.

2. O Movimento de Libertação curdo: da Turquia à Rojava

Para compreender um povo, é necessário olhar para o seu passado. Neste sentido, para analisarmos o cerne da Revolução de Rojava e os papéis que as mulheres desempenham dentro desse movimento, em primeiro lugar precisamos observar como o movimento de libertação curdo foi construído e quais os processos que o influenciaram. Neste capítulo primeiramente será feita uma breve apresentação e conceituação histórica do povo curdo, bem como a delimitação do ponto de partida do trabalho, para entendermos de quem falamos e o porquê.

Posteriormente, será feito um resgate dos processos estruturais e disputas internas que levaram à exclusão e marginalização dos curdos dentro da Turquia, que culminaram na criação do PKK e sua centralidade na luta pela autodeterminação curda. Bem como os objetivos do partido e sua organização política e militar. Associado a isso também será exposto como a partir da década de 1990, o movimento do PKK passa por reestruturações internas e ideológicas, que culminam na formação de novos partidos e uma nova forma de governo que virá a ser implementada em Rojava.

Então, serão analisados os principais eventos e causas que levaram à virada ideológica do PKK, e de que forma isso viria a mudar o protagonismo feminino no movimento. Bem como sobre como o vácuo de poder deixado pela Guerra na Síria, possibilitou a Revolução de Rojava em 2013. Por fim, será resgatado o processo de Libertação de Kobane, e o seu simbolismo de resistência ao movimento de libertação curdo e, principalmente, às mulheres curdas.

2.1 Quem são os curdos?

Ao analisar a história política e social do povo curdo, nota-se duas dinâmicas que permeiam a relação desse povo com o que conhecemos por Estado-nação e seu aparato organizacional: de um lado a negação da autodeterminação curda, e então, a deslegitimação de um Estado próprio, e do outro a exclusão cultural, social e política dos curdos dentro dos Estados nos quais eles habitam, a partir de políticas que visam a marginalização e repressão à sua identidade, nacionalidade e origens (DIRIK et al., 2018). Apesar de tudo isso ligar o povo curdo a um compartilhamento comum de dores

e problemáticas, em conjunto com a própria identidade e ancestralidade étnica e cultural, não pode-se afirmar que o mesmo seja homogêneo. A fragmentação territorial imposta pela colonização, bem como as migrações forçadas e a marginalização social nos territórios em que vivem, torna impossível que se trace um conceito único do que é *ser curdo*, fazendo com que esta seja uma assimilação identitária também passível de disputas narrativas e políticas.

Então, quando falamos do Curdistão, um território hoje fragmentado em diferentes Estados, não podemos falar de uma trajetória política, histórica e social totalmente comum a esse grande povo, que é considerada a maior população apátrida do mundo. Mas sim de processos de autodeterminação que com o tempo acabam divergindo, e buscando diferentes objetivos. Assim, é preciso definir de *quem* estamos falando, qual o ponto referencial deste trabalho. Ao longo dos anos, alguns partidos e organizações se destacaram frente à luta pela autodeterminação curda, e em específico para este trabalho e para compreender o contexto social e político de Rojava, será abordado neste capítulo o surgimento do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) , formado em 1978 na Turquia, e sua influência na fundação do Partido da União Democrática (PYD) e também suas relações pragmáticas com o Conselho Nacional Curdo (em curdo: *Encûmena Niştimanî ya Kurdî li Sûriyê* - ENKS), partido que reúne aliados curdos da Síria, com apoio financeiro e político advindos da Turquia e do Curdistão Iraquiano.

O foco de forma geral será no Curdistão Ocidental, localizado na região norte da Síria, que engloba também uma pequena parte ao sul da Turquia, e mais especificamente na região autônoma que nestas duas regiões se estabeleceu, Rojava. Também ao longo desta seção, serão apresentados alguns eventos relevantes para compreender a virada ideológica que possibilitou a adoção do Confederalismo Democrático e auxiliou na reestruturação dos papéis sociais ocupados pelas mulheres Curdas em sua sociedade.

Em Rojava, um dos principais grupos políticos frente à revolução buscando a implementação do Confederalismo Democrático é o Partido da União Democrática (em curdo *Partiya Yekîtiya Demokrat* - PYD), considerado um partido irmanado ao PKK da Turquia. Nesse sentido, ambos os partidos compartilham história e objetivos em comum, já que Öcalan, principal ideólogo do projeto federalista, é o líder e principal porta-voz do partido do PKK.

Assim, para compreender as raízes do projeto político de Rojava, e de como as mulheres curdas passaram a se organizar politicamente dentro do nacionalismo, é necessário resgatar a história do PKK e sua jornada ideológica. Isso porque essa orientação socialista libertária iniciou-se no movimento a partir de uma virada ideológica e uma reestruturação interna do partido que ocorreu na metade final da década de 1990, acentuando-se após a prisão de Öcalan em 1999 e o início de seus estudos teóricos (RIBEIRO, 2015). Mas antes de adentrar aos principais eventos que desencadeiam esse processo revolucionário, será feita uma breve contextualização da história do povo curdo, para compreender as origens deste movimento nacional de autodeterminação.

A história ancestral do povo curdo e da região geocultural do Curdistão é imprecisa (GUNES, 2019). Os curdos descendem de diferentes grupos indo-europeus, sendo os mais reivindicados os *medos*, povo que derrubou o Império Assírio e que, posteriormente, foi subjugado pelos persas (DIRIK et al., 2018) Atualmente, na região do Curdistão, para além dos curdos, a heterogeneidade étnica é grande, com a presença de assírios, persas, armênios, turcos, entre outros. E em relação a organização social, a formação de clãs é uma característica ancestral e descentralizada que é bastante difundida em sociedade, e as comunidades geralmente crescem e se estabelecem politicamente ao redor de líderes, que ao longo dos anos se relacionam e formam grandes grupos confederativos, dependendo da necessidade militar e política (DIRIK et al., 2018).

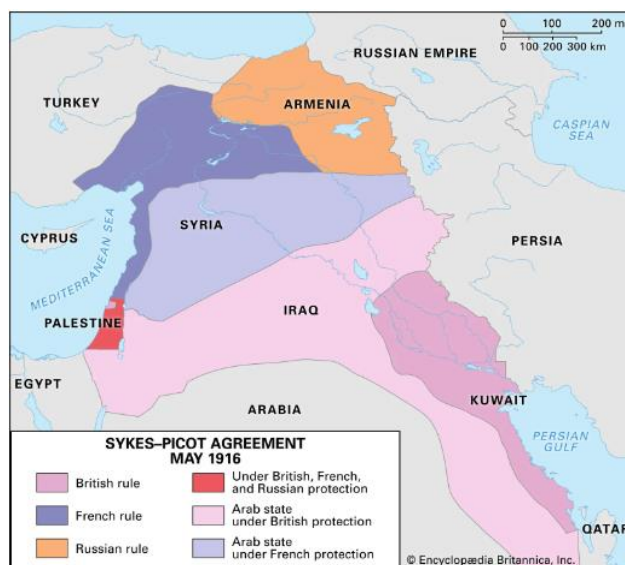
Em relação a religião, a grande maioria curda segue o islã sunita, mas ainda há resquícios importantes de grupos que seguem a religião de “origem” do povo curdo, anterior à dominação árabe que se iniciou no século VIII e às políticas de arabização implantadas, chamada de Yazidismo. O Yazidismo advém do zoroastrismo, religiões antigas da Mesopotâmia, mas possui fortes ligações com crenças persas e assírias e com tradições pré-islâmicas. Foi a partir da expansão árabe e da grande conversão ao islã que os curdos passaram a ser denominados de *Kurti*, que significa *o povo da montanha* (DE MORAES & VIEIRA, 2017) Os curdos passaram então a se organizar em principados autônomos, mas com a chegada dos turco-otomanos no século XI, estes passaram a incorporar territórios, ora por acordos ora por conquista (GUNES, 2019). Mas mesmo com essa diversidade étnica na região, de certa forma havia um

pouco de autonomia, e de vivências pragmáticas e equilibradas entre os povos que ali habitavam, principalmente curdos, turcos-otomanos, árabes e persas.

2.2 A fragmentação do Curdistão e a marginalização do povo curdo na Turquia

A partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a convivência pragmática entre os povos da região, que já era bastante frágil, sofreu com uma grande ruptura política e colonial. O Império Turco Otomano era a principal hegemonia da região, e com a derrocada do Eixo, teve seu território fragmentado e dividido entre as partes vencedoras do conflito. O Acordo Sykes-Picot (1916) é um documento que demonstrou essas intenções, já que foi um acordo secreto firmado entre a França e a Grã Bretanha para definir as áreas de influência destes países no Oriente Médio, já levando em conta uma possível derrota do Império Turco Otomano.

Figura 2 - Áreas de Influência no Oriente Médio



Fonte: Encyclopedia Britannica (2022)

E com o final da guerra, posteriormente o Tratado de Sèvres (1920) institucionaliza e amplia esta repartição, com a presença de outros Estados como a Itália, sendo um acordo de paz firmado entre os vencedores do conflito e o Império Turco Otomano. Um ponto importante deste tratado, é à contemplação da formação de dois territórios autônomos, um destinado ao povo curdo e o outro aos armênios, porém, esta medida jamais se materializou (RIBEIRO, 2018; DE MORAES & VIEIRA,

2017). Isto se deu devido à ascensão de Mustafa Kemal Atatürk ao poder da Turquia em 1923, depois da Guerra de Independência da Turquia, e também com a descoberta de petróleo no Curdistão Iraquiano, que viria à impossibilitar qualquer tentativa de estabelecer uma região autônoma curda (DIRIK et al., 2018).

O Tratado de Lausanne (1923) anulou o antigo acordo de paz, e reconheceu a República da Turquia e à dissolução oficial do antigo Império Otomano, bem como determinou medidas e fronteiras que viriam a definir a geopolítica de região: a concessão dos antigos territórios árabes à França e ao Reino Unido, com estes renunciando às reivindicações de autonomia dos territórios armênios (que posteriormente, foram cedidos pela Turquia à Rússia) e curdos (GUNES, 2019). A região do Curdistão, então, foi repartida entre quatro diferentes Estados-nação, já mencionados anteriormente: Síria, Iraque, Turquia e Irã. A situação curda dentro da Turquia será a mais aprofundada ao longo deste capítulo, mas também será levantado algumas dinâmicas importantes em relação aos desdobramentos do movimento curdo no Iraque e, posteriormente, na Síria.

Com a ascensão de Atatürk ao poder da Turquia, ele buscou a unificação do território, com um governo de forte teor nacionalista e secular, marcado pela perseguição de minorias étnicas, como os curdos. Com a justificativa de que seria necessário adotar uma identidade nacional em comum, políticas de repressão à cultura curda forem implementadas, como

(...) a turquificação da geografia curda, mudando os nomes curdos popularmente conhecidos de cidades, aldeias, montanhas para nomes turcos e construindo símbolos do nacionalismo turco em áreas curdas; a imposição da língua turca, proibindo os curdos de aprender e falar curdo; e, proibindo o uso de termos como 'Curdistão' e 'Curdo' (GUNES, p. 43, 2019, tradução minha)².

Nas próximas décadas, revoltas e tentativas de resistência foram empreendidas pelos curdos, principalmente nos anos de 1920-1930, com momentos marcantes de mobilizações como: à Rebelião de Koçgiri (1920); a Rebelião do Sheik Said (1925); a tentativa da criação de um Estado curdo a partir da proclamação da

² No original: "(...) the Turkification of Kurdish geography by changing the popularly known Kurdish names of towns, villages, mountains to Turkish ones and building symbols of Turkish nationalism in Kurdish areas; the enforcement of the Turkish language by forbidding the Kurds from learning and speaking Kurdish; and, banning the use of terms such as 'Kurdistan' and 'Kurd'".

República de Ağri (1930), que reuniu curdos e armênios e mobilizou uma grande força militar por parte da Turquia, forçando a retirada das forças curdas; e a Revolta de Dersin (1936-1938), que foi desencadeada como uma resposta à Lei de Reassentamento, que implementou uma realocação forçada de pessoas, e que como resposta resultou na implementação por parte do governo turco de uma “(...) lei marcial na região, destruindo aldeias, deportando pessoas, fazendo limpeza étnica e incentivando a imigração de kosovares albaneses e assírios. Acredita-se que mais de 1,5 milhões de curdos foram deportados ou mortos entre os anos de 1925 a 1938” (DE MORAES & VIEIRA, p.10, 2017).

Quaisquer tipos de mobilizações foram duramente reprimidos pelo governo turco, o que resultou na perda de força nas organizações que lutavam pelo reconhecimento da causa nas décadas de 1940-1950, que são referidas como os “anos quietos”, justamente devido ao enfraquecimento de organizações ou movimentos políticos liderados pela minoria curda (GUNES, 2019).

2.3 Reorganização do movimento na Turquia: O PKK

A retomada de politização e organização da luta curda na Turquia se deu a partir da década de 1960, se estruturando com mais firmeza na década de 1970, com organizações mais estruturadas e a formação de partidos. É importante observar que à reorganização da luta curda na década de 1960 e 1970, se dá à partir de um fortalecimento das lutas da esquerda revolucionária e anti-imperialista em um contexto global e regional, inspirado em movimentos de setores trabalhistas e estudantis que se espalharam ao redor do mundo não apenas no Oriente Médio, mas também na América do Sul e Central, Ásia e África, e que foram severamente reprimidos (RIBEIRO, 2015).

A reorganização curda dentro da Turquia nesses períodos foi influenciada muito pelo do movimento curdo do Iraque, liderado por Mulla Mustafa Barzani, que fundou o Partido Democrático do Curdistão Iraquiano (em curdo: *Partiya Demokrat a Kurdistanê* - PDK) em 1946, e que empreendia uma grande movimentação militar na região, mas para além disso compreendia-se à necessidade de uma maior autonomia curda, o reconhecimento cultural e político das minorias curdas, e denunciava à negligência do Estado turco às regiões curdas, com o objetivo de “facilitar” a

assimilação cultural destas (GUNES, 2019). Outro ponto importante deste período, é o alinhamento das novas elites curdas dentro da Turquia, diferentes dos *aghas* (elite antiga, líderes proveniente de clãs, que apoiavam o governo turco e suas políticas de repressão em troca de benefícios), que passaram a adotar e a difundir medidas e pensamentos voltados ao nacionalismo curdo (DIRIK, 2018).

Além da influência de outros movimentos nacionalistas curdos e o contexto interno, o estreitamento de relações com diferentes movimentos marxistas pela Europa auxiliou na criação e no fortalecimento de diferentes grupos de esquerda revolucionários na Turquia neste período, com forte participação por parte da minoria curda. É importante ressaltar também o cenário conturbado político e econômico dos governos da Turquia, que levaram à eclosão desses partidos, já que entre os anos 1960 e 1980, a Turquia enfrenta três golpes militares: o primeiro em 1960; o segundo em 1971; e o terceiro em 1980, este último será retomado mais para frente com maiores detalhes.

Em 1960, foi fundado o Partido dos Trabalhadores da Turquia (*Turkiye Isçi Partisi* - TIP), trazendo ideias mais socialistas, trazendo demandas trabalhistas e falando sobre a distribuição desigual de riqueza, o que levou a uma forte participação curda (RIBEIRO, 2015). Entretanto, a questão étnica dentro da Turquia não estava como pauta central nos partidos de esquerda da classe média turca, que estava mais concentrada na luta contra a presença imperialista ocidental no país. A década de 1970 na Turquia foi marcado por diversas tensões e conflitos armados entre grupos políticos de esquerda e de direita. Nessa época também surgiram diversos grupos e partidos clandestinos curdos, que se ocupavam na distribuição de materiais condenando à marginalização e à repressão sofrida pelo, expondo as questões econômicas, bem como a denúncia dos abusos de poder por parte dos líderes dos clãs locais e os atentados cometidos pelo exército turco (RIBEIRO, 2015).

É importante observar que desde essa época a grande crítica desses grupos concentravam-se nas elites e nas opressões por parte do Estado, sem focar estritamente em nacionalidades, em que denunciavam a participação de líderes curdos que se aproveitavam de benefícios governamentais e reproduziam as opressões contra o seu próprio povo (DIRIK et al., 2018). Um grupo importante da época foi o Corações Culturais Revolucionários do Leste (em curdo: *Devrimci Doğu Kültür Ocakları* - DDKO), formado por estudantes universitários curdos que buscavam

maior autonomia e espaço para além do TIP, e enfatizavam que a situação curda na Turquia era um problema colonial, (RIBEIRO, 2019). Tanto o DDKO, quanto outros grupos - não apenas organizados por estudantes, mas com a ativa participação da classe trabalhadora - que surgiram na época foram peças fundamentais da resistência curda na Turquia, e foram responsáveis por fazer greves, manifestações, ocupação de terras, e difundir material e informação sobre a causa.

E é dentro deste contexto social e político mais amplo que surge, no ano de 1978, o PKK, sob a liderança de Abdullah Öcalan - que mesmo estando atualmente preso na Turquia desde 1999, continua a ser a principal referência teórica e política da luta pela autonomia curda em Rojava. Compreender o processo que culminou na fundação do PKK é importante pois auxilia a entender a fundo o processo histórico que influenciou no protagonismo atual do PYD em Rojava, bem como as raízes do movimento de autodeterminação curda e as principais bases teóricas e objetivos que guiam esse processo, de forma a mais para frente, analisar os pontos que virão a ser reorganizados e reformulados, principalmente em relação à participação das mulheres. O PKK nasceu em Ancara, capital da Turquia e tinha como lema inicial “Curdistão Independente, Unido e Democrático” e inicialmente, o grande objetivo do partido era a independência e unificação do Curdistão, e a construção de um Estado socialista, baseado principalmente nas experiências russas e chinesas (DIRIK, 2018).

Através da sua experiência de vida - saído de uma família camponesa pobre para estudar em Ancara -, Öcalan concentrou as bases de seu trabalho e recrutamento do partido nas zonas rurais e focando no mesmo perfil de jovens que saíram destas para estudar e/ou trabalhar na cidade (DE MORAES & VIEIRA, 2017). Esse foco se dava, principalmente, devido ao baixo conhecimento que era difundido sobre a causa em regiões mais remotas e a baixa escolaridade, e também pela proximidade que possibilita, já que o recrutamento era feito basicamente em discussões e conversas não muito formais, de porta em porta. Esse recrutamento foi bastante importante para o desenvolvimento do partido e da causa, já que o diálogo e a proximidade com as questões do povo e dos camponeses na área rural, levou a um grande crescimento do partido e da sua aceitação entre as comunidades (DE MIRANDA, 2016).

(...) os militantes fundadores do PKK tiveram suas origens políticas nos partidos de esquerda turcos que, por não considerarem as demandas curdas

em função de suas visões chauvinistas, levaram à formação de uma organização que considerasse à questão curda como um elemento relevante e essencial à ser debatido. De igual modo, em face dessa tradição ideológica marxista-leninista e por serem oriundos das classes mais baixas iam de encontro à posição política dos partidos tradicionais curdos que tinham como base de sua organização líderes tribais de famílias tradicionais curdas e promoviam o pensamento patrimonialista e conservador (RIBEIRO, p.4, 2017)

Uma das características do partido é que para além de se posicionar contra a repressão turca, este também buscava combater as elites curdas. Neste sentido, à luta armada do PKK desde o início não se voltou para um embate entre nacionalidades e etnias, mas sim contra a estrutura repressora da sociedade como um todo.

2.4 A ascensão do PKK e a luta de guerrilha

Em 1980 o PKK e grande parte de seus membros e líderes precisaram deixar a Turquia às pressas, com a iminência de um golpe de Estado que se concretizou. Foi o terceiro golpe de Estado que aconteceu na Turquia, e foi liderado pelo General Kenan Evren. Durante os nove anos de seu governo a repressão e a censura aumentaram significativamente, por meio da imposição de uma lei marcial e da dissolução do parlamento, que resultou em perseguições e prisões em massa. Estima-se que mais de 500 mil pessoas tenham sido presas, consideradas como suspeitas de agir contra o regime e muitas sofreram tortura durante o aprisionamento, e partidos políticos e sindicatos foram destituídos (KINZER, 2022). Ademais, com a promulgação de uma nova constituição em 1982, os direitos individuais foram restringidos e uma forte censura foi feita aos meios de imprensa (DE MORAIS & VIEIRA, 2017).

“Os golpistas afirmavam que o país estava vivendo preocupantes ameaças comunistas. Houve severas repreensões aos movimentos de esquerda. O PKK sofreu duplamente: primeiro por ser marxista, segundo por ser um partido curdo. Em 15 de agosto de 1984, o PKK, portanto, optou oficialmente pela luta armada” (DE MORAIS & VIEIRA, p. 72, 2017).

Os meios pacíficos e legais de mobilizar um movimento em prol da causa nacional curda não tinham espaço em meio a um cenário de autoritarismo, perseguição em massa, e instabilidade. Ocalan e os demais integrantes do PKK se refugiaram na Síria, com a permissão do partido Baath (depois desfeita, após acordos diplomáticos entre Síria e Turquia no final da década de 1990) e o núcleo de

operações do partido se estabeleceu no Líbano. Neste período, o PKK começou a realizar trocas estratégicas e treinamentos com os grupos de resistência palestinos que ali estavam, como, por exemplo, a Frente Popular pela Libertação da Palestina. Além de precisar se organizar para combater as forças turcas e “(...) apesar dos extensos esforços de contra-insurgência da Turquia, o PKK conseguiu sobreviver e crescer como movimento e mobilizar uma grande parte da população curda na Turquia”³ (GUNES, p. 18, 2019).

Em 1982,

O PKK criou o Hêzên Rizgariya Kurdistan (HRK) (Força para Libertação do Curdistão), liderado por Mahsum Korkmaz que se estabeleceu nas montanhas a leste da Turquia e abriu duas frentes de batalhas. A primeira era contra alguns líderes dos clãs curdos e outros grupos que foram acusados por Öcalan de não defenderem os interesses de seu povo, mas o do opressor. A segunda foi contra o próprio governo turco e às milícias de direita que realizavam uma política de assimilação forçada dos curdos, o HRK desencadeou, assim, uma série de ataques a instalações policiais, militares e a líderes políticos (DE MORAIS & VIEIRA, p. 72, 2017).

O HRK foi o primeiro passo dado à luta armada, responsável por inúmeros ataques e mobilizações, com o objetivo de atingir a opinião pública acerca da causa. No mesmo ano, durante a invasão de Israel ao Líbano, as forças do PKK tiveram uma grande prova, quando combateram e lutaram junto às milícias palestinas.

E, então, o partido e seus membros reconheceram a importância da luta armada em conjunto com a articulação política, até mesmo como uma maneira de sobreviver e atingir seus fins políticos. Naquele período, o PKK compreendia que a desigualdade política e social entre os curdos e o restante da sociedade, não os permite estar em condições de igualdade política e jurídica. Ser curdo já basta para se tornar uma ameaça ao Estado turco. O levante militar tornou-se a principal estratégia de ação, e esta se tornou a principal posição adotada pelo grupo após o segundo congresso realizado pelo partido em 1984, com isso os fins políticos do grupo passaram a ser a “(...) libertação nacional e (...) [a] emancipação do povo curdo por meio da criação de um Estado Curdo único, socialista e independente (...)” (DE MORAIS & VIEIRA, p. 72, 2017).

³ No original: “(...) despite Turkey’s ongoing extensive counter-insurgency efforts, the PKK managed to survive and grow as a movement and mobilise a large section of the Kurdish population in Turkey”.

A mobilização do PKK enquanto um grupo paramilitar que adota práticas de guerra irregular, se visualiza a partir do momento que os fins que se almejam são uma vitória mais político que militar, ou seja, a alternância social, política e ideológica da região, além do aspecto tático, com a tentativa do desgaste moral e físico do inimigo, a não existência de um front único, a mobilidade das forças, uma grande necessidade do apoio popular e base ideológica concreta, e o almejo de repercussão do conflito (RIBEIRO, 2015). Além do partido enfrentar um ator com maior grau de institucionalidade e de capacidade de mobilização de recursos. A guerra irregular é um conflito em que uma das forças não dispõe de uma organização militar formal e não tem legitimidade jurídica institucional (VISACRO, 2009 apud RIBEIRO, 2015). Entretanto, dentro da guerrilha, um braço político é imprescindível, devido à necessidade de estabelecer redes de apoio e conexões transnacionais.

A ascensão de grupos de guerrilha é um fenômeno decorrente do contexto global da Guerra Fria, visto não apenas nessa região, mas em todo mundo, com a ascensão de atores não estatais que contestam a existência de Estados e suas políticas de repressão e coloniais, onde esse tipo de conflito se caracteriza como de quarta geração (GUNES, 2019) O início da década de 1990 “(...) foram anos excepcionais em termos de nível de violência, com ataques cada vez mais frequentes e generalizados”⁴ (GUNES, p. 46, 2019, tradução nossa). A partir deste marco nota-se também uma maior securitização⁵ do conflito, já que os curdos são vistos como a principal ameaça à existência da Turquia enquanto Estado e a sua base identitária, o que os leva a construir a imagem do PKK enquanto um grupo terrorista e um problema máximo de segurança nacional. Assim, “(...) qualquer ameaça à supremacia estatal, será considerada como ataque terrorista colocando o PKK dentro dos grupos que emergem em busca de independência e autonomia dentro do sistema” (RIBEIRO, p. 38, 2015).

Este período, as décadas 1980-1990, não apenas trouxe à intensificação da luta armada do PKK, como também com a criação de redes de apoio transnacionais

⁴ No original: “(...) were exceptional years in terms of the level of violence with attacks becoming much more frequent and widespread”.

⁵ A securitização de um processo envolve a sua construção enquanto uma ameaça existencial. O agente securitizador utiliza-se de um ato de fala, ou seja, um discurso, para criar o processo de securitização de algo/alguém destinado à uma audiência, de forma a legitimar suas respostas à essa ameaça. Para ver mais, ler: BUZAN, Barry et al. **Security: A new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

do partido com outros grupos e organizações, criados pelas comunidades curdas na diáspora (GUNES, 2019). A experiência do povo curdo na diáspora é uma peça importante na identificação do povo com o Curdistão enquanto pátria, um ideal político e não unicamente um local geográfico (DIRIK et al., 2018). O primeiro passo do movimento de libertação das mulheres curdas decorre dessas movimentações: em 1987 é estabelecido na cidade de Hannover na Alemanha a União das Mulheres Patrióticas do Curdistão (em curdo: *Yêkitiya Jinên Welatparêzên Kurdistanê*) (DIRIK et al., 2018). Esse primeiro esforço, aliado à cada vez mais à inserção de mulheres na luta armada, faz com que o debate sobre gênero cresça dentro da causa; essa nova consciência, faz com que mulheres curdas em vilarejos e cidades passassem a se organizar e a integrar cada vez mais (DIRIK et al., 2018). Torna-se necessário institucionalizar de forma mais ampla essas organizações, algo que integrasse as associações, as guerrilheiras e os coletivos. Isso se materializou em 1995 no primeiro Congresso Oficial sobre o Papel da mulher na luta do Curdistão, em que 23 mulheres foram eleitas e criaram a organização Movimento de Libertação das Mulheres do Curdistão, que posteriormente passou a ser chamada de Associação de Mulheres Livres do Curdistão (em curdo *Yekitiya Azadiya Jinên Kirdistan - YAJK*) (RIBEIRO, 2015).. Este foi o primeiro passo institucional do movimento de libertação das mulheres curdas, que será analisado de forma mais ampla no próximo capítulo.

Neste sentido, a diáspora curda e a dispersão de seus líderes, também demonstra a necessidade de criação de uma instituição que coordene o movimento como um todo. A partir disso, Ocalan e demais líderes fundam a Frente de Libertação Nacional do Curdistão (em curdo *Eniya Rizgariya Netewa Kurdistan - ERNK*), “(...) que tinha a intenção de organizar politicamente os curdos espalhados em diferentes regiões e países, construindo, assim, uma grande rede política e de resistência transnacional” (DE MORAES & VIEIRA, p. 73, 2017). E em 1986 o HRK é substituído pelo Exército de Libertação Popular do Curdistão (em curdo *Artêsa Rizgariya Gelê Kurdistan - ARGK*), que surge à partir da ideia de institucionalizar a luta armada dentro de um exército único, reunindo curdos e simpatizantes de diversas localidades (DE MORAES & VIEIRA, 2017). Como uma forma de combater o ARGK, o governo turco funda o Corpo de Guarda de Vilas (DIRIK, 2018), e

as principais ações do ARGK concentram-se na Turquia. Para combater o ARGK, o governo turco estabeleceu uma taxa de 70 dólares para a população

curda como mecanismo de arcar com as despesas do conflito e, de certa forma, como um meio para punir os curdos. Tal medida só fez com que o PKK se fortalecesse ainda mais entre os clãs curdos (DE MORAES & VIEIRA, p.73=74, 2017).

Com a chegada de Turgut Özal no governo da Turquia (1989-1994), tentativas de negociações políticas foram feitas (DE MORAES & VIEIRA, 2017). Foi durante o governo de Özal, por exemplo, que o idioma curdo deixou de ser proibido totalmente na Turquia em 1991, ainda continuando proibido que ele fosse utilizado em agências oficiais ou publicações midiáticas, e ensinado em instituições de ensino (RIBEIRO, 2015). Entretanto, esses passos de conciliação foram pequenos, porque a repressão às comunidades curdas continuaram como evacuações forçadas, destruições de vilarejos, e prisões arbitrárias. A nova lei antiterror implementada no governo de Özal, à Lei Antiterror nº 3713 (1991) implementou que “(...) qualquer ameaça ou medo à população civil ou ato contra os princípios da República, separatismo ou agitação da autoridade estatal” seria considerado como ato terrorista, compreendendo, assim, as ações do PKK e seus membros (RIBEIRO, p.40, 2015). O primeiro cessar-fogo unilateral do PKK foi declarado em 1993, como uma forma de buscar uma nova guinada ao conflito, através de uma solução política, porém, sem efeitos concretos (GUNES, 2019). A morte de Özal em 1994 acabou por derrubar quaisquer avanços neste sentido.

2.5 A Virada ideológica

A década de 1990 também marca dois pontos fundamentais que passaram a guiar o movimento de libertação curdo e, principalmente, os objetivos políticos do PKK. Com a dissolução da URSS em 1991, uma nova ordem mundial emerge, e ficaram evidentes as limitações da tentativa de construção de um Estado independente pautado em um ideal marxista-lenista na região. Era necessário buscar uma alternativa. E ligado a isso, inicia-se um processo de reformulação ideológica do partido, que passa a buscar uma nova alternativa à realidade política e às necessidades da causa. Como resultado, “(...) entre os anos de 1994 e 1999 o partido de acordo a um caráter mais conciliatório utilizando pressões políticas em suas campanhas, marcando a terceira fase do processo de formação do PKK, destacada pela sua operacionalidade”. (RIBEIRO, p. 45, 2015). Os conflitos entre o PKK e as

forças turcas nos últimos anos já haviam custado à vida de cerca de 40mil curdos e turcos na região (GÖPALK, 2010).

Em 1998, devido à pressão da Turquia e dos EUA à Síria, Öcalan precisou sair do país, onde havia residido nos últimos anos e após tentar asilo político, Öcalan acabou preso em Nairóbi, na Quênia, por forças turcas, que obtiveram apoio não apenas da CIA, como do Mossad (GUNES, 2019). Após ser considerado culpado por fundar e liderar uma organização terrorista, Öcalan foi sentenciado à pena de morte, mas com à forte comosção e pressão internacional, à sentença passou para prisão perpétua (DIRIK et al., 2018). O político foi levado à İmralı, uma pequena ilha-prisão de segurança máxima turca no sul do Mar de Mármara, e foi mantido em solitária até 2009, com pouquíssimo contato com o mundo externo, que é feito principalmente por intermédio de seus advogados (GUNES, 2019)..

A nova situação de Öcalan será aproveitada pelo líder curdo com um espaço de negociação com o Estado turco e ao mesmo tempo será um alto-falante para as novas idéias que estavam sendo gestadas no PKK e sobre as quais Öcalan está trabalhando. Os documentos de defesa elaborados pelo líder do PKK são documentos de análise histórica e política onde começam a se desenvolver os novos paradigmas do movimento de libertação curda. (DIRIK et al., p. 57, 2018).

Mesmo confinado, Öcalan passou a desenvolver nossos estudos acerca da situação curda. Entre os anos 1999 e 2004 se consolida uma nova estrutura ideológica no movimento de libertação curdo, a partir dos estudos de Öcalan acerca dos escritos de Murray Bookchin sobre o socialismo libertário, e então abandona-se o objetivo de criar um Estado do Curdistão unificado e independente. Mas para além disso, Öcalan faz um estudo da história do povo curdo, da formação do Estado, da religião e do capital, bem como há uma centralidade ao papel da mulher na história da sociedade (DIRIK et al., 2018). Como resultado, um cessar-fogo unilateral é imposto por parte do partido, que perdura até 2005 (GUNES, 2019)..

Entende-se que a criação de um novo Estado-nação não poderia resolver a situação do povo curdo, pois é este próprio modelo que centraliza em si a continuidade da repressão de um povo. Se o Estado-nação possui o monopólio da força de definir quem pode ou não viver em sociedade, não seria então ele um modelo por si próprio excludente? Por que razão buscar implementar a mesma forma de

governo que é a responsável por excluir e oprimir o povo curdo em toda a sua existência?

A partir de 2005, o novo ideário político do movimento de libertação curdo passa à ser à implementação do Confederalismo Democrático (CF), um novo modo de governo que busca se tornar uma terceira via em relação ao nacionalismo árabe e ao islã político da região, amplamente difundidos pelo Oriente Médio, bem como uma alternativa ao Estado-nação (DIRIK et al., 2018). O CF busca estabelecer uma federação entre as quatro partes do Curdistão, tendo uma ótica do socialismo libertário, em que promove a participação social e política do indivíduo à partir de sua base, em comunas locais, rejeitando uma sociedade em que o poder de controle seja centralizado e institucional (ÖCALAN, 2020). A partir disso, em 2003 é fundado o Partido da União Democrática (em curdo *Partiya Yekîtiya Demokrat* - PYD), considerado o braço direito do PKK na Síria, e principal responsável por desenvolver e implementar o CF na região. A fundação do PYD se torna uma oposição dentro da Síria ao Partido Democrático do Curdistão Sírio (em curdo: *Partiya Demokrat a Kurdistanê li Sûriyê* - PDKS)⁶.

O processo pelo qual Öcalan reformulou os objetivos políticos e sociais do PKK ficou conhecido como virada ideológica, e no próximo capítulo será apresentado de forma mais específica os principais pontos acerca dos estudos do autor e da implementação desta forma de governo e de como isso impacta a vida das mulheres no movimento de libertação curdo.

Para além de uma redefinição política, o abandono do objetivo de construir um Estado curdo independente na região, também possui um significado mais prático: a possibilidade de coexistência entre os diferentes povos curdos e suas lutas, bem como com os Estados já existentes.

No tocante ao Estado, Öcalan é um profundo crítico deste, porém entende que sua abolição total não é hoje possível. Nesse sentido, o Confederalismo Democrático é a ferramenta que, por meio da organização de base e democrática à margem do controle estatal, possibilita a sua superação (...). Mas essa convivência que se pode dar com o Estado não significa uma subordinação à este, pois, ainda que o Confederalismo Democrático proponha uma política de paz, as confederações democráticas deverão manter suas forças de autodefesa para se proteger dos ataques do Estado (...), exercendo assim seu legítimo direito de defesa (DIRIK et al., p. 62, 2018).

⁶ O PDKS foi fundado por nacionalistas curdos na no Norte da Síria em 1957. Acaba disputando com o PYD por influência na região.

Assim, em 2005 é criado a União das Comunidades do Curdistão (*Koma Civakên Kurdistanê* - KCK), que é “(...) uma organização política transnacional responsável por agregar partidos e movimentos curdos de diferentes regiões sob os preceitos do Confederalismo Democrático” (DE MORAES & VIEIRA, p.76, 2017). Neste sentido, o CF permite um pragmatismo político, ao congregar diferentes partidos de todas as regiões do Curdistão, o que permite uma coexistência pacífica entre as partes e seus modelos de governo. Essa abertura permite uma maior integração entre o povo curdo, bem como maior autonomia descentralizada às lideranças políticas de cada região (GUNES, 2019).

Assim, o KCK é criado como uma organização guarda-chuva que acolhe todas as demais organizações políticas e sociais que pretendem aplicar e organizar-se nos moldes do Confederalismo Democrático. É a principal representante do corpo ideológico do PKK, organizando as atividades em todas as partes do Curdistão. Formam parte do KCK partidos e instituições pró-curdas e outras organizações que desenvolvem ações nas quatro partes do Curdistão (RIBEIRO, p. 49, 2015).

Essa nova proposta permite uma tentativa de conciliação com o curdistão Iraquiano, região conhecida como Bashur, liderado hoje por Nechirvan Idris Barzani, do PDK⁷. Desde a derrubada do governo de Saddam Hussein no Iraque em 2003, com o apoio das forças do PDK, o Curdistão iraquiano tornou-se uma entidade federal do Iraque. As relações entre o PYD, o PKK e o PDK são pragmáticas, já que o partido iraquiano é um partido pró-Turquia e alinhado aos interesses dos EUA e de Israel, inclusive reconhecido por estes, o que o permite uma maior abertura diplomática e comercial (DIRIK et al., 2018; GUNES, 2019). Desde 2005, as forças militares institucionalizadas do PDK são os *Peshmerga*, que significa em curdo “aqueles que enfrentam a morte” (GUNES, 2019).

2.6 A Libertação de Kobane: simbolismo e resistência

⁷ É o principal partido curdo no Iraque e foi fundado em 1946 pelo general Mustafa Barzani. Atualmente, é liderado pelo atual ex-presidente do Curdistão Iraquiano, Massoud Barzani. Após a invasão dos Estados Unidos no Iraque em 2003, o partido apoiou as forças estadunidenses, obtendo autonomia e o controle total da região, sendo reconhecida como uma entidade federal.

Com o início da Guerra Civil da Síria em 2011⁸, a questão curda ganhou um pouco mais de espaço e discussão nos meios midiáticos, principalmente em relação aos grupos que obtiveram destaque na participação militar e política no desenrolar do conflito, que segue em curso até os dias de hoje (ALKAN, 2018). Com a crescente escalada do conflito, a entrada de novos atores e grupos militares, e a fragilidade institucional do governo de Bashar al-Assad, diversas partes da Síria têm seu controle disputado. Não apenas na disputa entre as forças pró-governo e aliados contra a oposição, mas também com a chegada de novas forças como o EI.

Ao norte da Síria, em Rojava, o PYD e ENKS reconheceram no espaço deixado pelas forças de Assad a oportunidade de reivindicar o controle de uma área importante para a autodeterminação curda. O ENKS é uma aliança política firmada entre o PDKS e o PDK, o partido curdo de Bashur, liderado por Barzani. Juntos, o PYD e o ENKS conquistam três cidades: Efrin, Kobane e Cizire, estabelecendo nelas cantões autônomos⁹ (DE MORAES & VIEIRA, 2017).

Juntos, o PYD e o ENKS estabeleceram em 2012 o Comitê Supremo Curdo (*Desteya Bilind a Kurd – DBK*), em que iriam coordenar e estabelecer conselhos de lideranças nas áreas conquistadas. O DBK não é um órgão que faz parte do projeto do CF, mas sim é apenas um órgão de coordenação entre os partidos curdos existentes na região para evitar um confronto entre eles (DIRIK et al., 2018). Além disso, as Unidades de Proteção Popular (*Yekîneyên Parastina Gel – YPG*), fundadas pelo PYD em 2004, vieram a ser o órgão responsável pela autodefesa do território e da população. Além da YPG, e em conjunto a ele, foram criadas em 2012 as Unidades de Defesas das Mulheres (*Yekineyen Parastine Jinê – YPJ*), que são o braço militar destinado à participação das mulheres na resistência e defesa da região.

Em 2013, o PYD acabou por deixar de lado a coalização com o ENKS, pois tinha como objetivo de dar continuidade ao processo de estabelecer o CF na região, à partir da criação de comunas locais, em que seriam eleitos lideranças e por em práticas os princípios base necessários para dar continuidade ao processo (DIRIK et al., 2018).

⁸ A Guerra Civil da Síria iniciou em 2011 como um dos resultados da Primavera Árabe, após uma onda de protestos contra o presidente do país, Bashar al-Assad, devido ao desemprego, condições econômicas, corrupção, e à busca por uma expansão de direitos civis.

⁹ Cantão é o nome dado às regiões administrativas de Rojava.

Ao ter o controle relativo de Rojava, o PYD e o PKK, não optaram em instalar um poder centralizado e nem de criar um Estado-nação, eles almejavam realizar uma Revolução Socialista Libertária na região. Isso os levou a desentendimentos com o ENKS, que defende uma inserção nos moldes da democracia liberal capitalista (...) (DE MORAES & VIEIRA, p. 86, 2017).

Assim, uma nova coalizão foi formada, que passou a se chamar Movimento por uma Sociedade Democrática (em curdo *Tevgera Civaka Demokratik* - TEV-DEM), órgão então responsável por organizar os esforços democráticos em Rojava com base nos princípios do CF (DIRIK et al., 2018), que "(...) é composto por diversos grupos como partidos políticos, organizações sociais, entidades religiosas e outros coletivos político-sociais. (DE MORAES & VIEIRA, p. 86, 2017). Em 2014, Rojava oficialmente declara sua autonomia, e a partir disso, foi se instaurando na região as comunas locais.

Mesmo com a instauração das comunas, ainda há a existência não apenas do Estado Sírio como da Oposição Síria, que se opõem à Rojava, pois temem que essa empreitada signifique a fragmentação do território (GUNES, 2019). E para além disso, não apenas os partidos curdos se aproveitaram do vácuo de poder na região, mas também o EI, que frequentemente tem atacado Rojava e suas cidades, e o grupo tem sido a maior ameaça do PYD e suas forças (GUNES, 2019).

Entre os anos de 2014-2015, um grande marco da resistência do povo curdo foi à libertação da cidade de Kobane, que vinha sofrendo duros ataques do EI (RIBEIRO, 2015). O controle da cidade é essencial para a manutenção do poder na região, já que encontra-se bem na fronteira com a Turquia, e representa um forte simbolismo à resistência curda e à revolução como um todo e à vitória, pois "(...) desafia o status quo da região criando um novo paradigma social e político que acende um farol em plena guerra. Para os jihadistas e os Estados ao redor isso não é interessante" (RIBEIRO, p. 125, 2015).

Neste sentido, a vitória impulsiona o sentido e os objetivos para se levar adiante a Revolução e sua legitimidade perante ao povo e para além das fronteiras. Bem como, revela como a participação ativa da YPJ foi fundamental para a resistência da cidade, um marco para as mulheres curdas. Além disso, a vitória na Batalha de Kobane trouxe ao PYD e suas forças de autodefesa, a YPG e YPJ, reconhecimento internacional e midiático (ARKAN, 2018).

O conflito também ressaltou o pragmatismo entre as relações entre o PYD e o PDK, pois ambos possuem um inimigo em comum: o EI. As forças *Peshmerga* e o

YPG e YPJ trabalham muitas vezes em conjunto não apenas na libertação desta cidade, mas em na resistência e defesa das cidades curdas de Rojava e Bashur (DIRIK et al., 2018). Porém, nem sempre em total harmonia entre as partes. Mesmo com a libertação de Kobane, a guerra contra o ISIS e contra as forças turcas continua até os dias de hoje, mas a vitória no confronto significou “(...) uma mudança mais radical nas relações sociais e nos quais podem ser percebidos os frutos do processo revolucionário” (DIRIK et al., p. 116, 2018).

A libertação da cidade também auxiliou a aumentar a visibilidade mundial acerca da participação de forças militares compostas por mulheres curdas, à YPJ (DE MIRANDA, 2016). Entretanto, a forma como as guerrilheiras curdas são retratadas nos meios midiáticos revelem uma ótica sexista e orientalista, sem colocar em evidência ou explorar, o processo revolucionário do CF, que é principalmente pautado em reflexões e análises acerca do papel da mulher na sociedade.

3. O Confederalismo Democrático e o papel da mulher na sociedade

Neste capítulo será feita uma breve exposição acerca do que é o Confederalismo Democrático, à forma de governo teorizada por Öcalan, e qual a perspectiva que este adota em relação ao papel da mulher na sociedade. De forma a entender sua fundamentação teórica e histórica, que constitui posteriormente seus objetivos políticos.

Assim, busca-se compreender as diretrizes nas quais o movimento de libertação curdo irá seguir em prol da ressignificação do papel da mulher na sociedade e na luta pela autodeterminação curda. Inicialmente, serão abordadas as influências teóricas na construção do CF, para então posteriormente entender sua base ideológica e teórica, para enfim, compreender a sua crítica em relação ao patriarcado e as três rupturas sexuais.

3.1 O Confederalismo Democrático

Para Öcalan “(...)a liberdade e os direitos da mulher devem constituir uma parte estratégica da luta pela liberdade e democracia no Curdistão” (2008, p.33), e é nesse sentido que uma reformulação da sociedade curda em prol do Confederalismo Democrático deve prezar o debate crítico e científico acerca do papel da mulher ao longo da história, e de como essa apagou e explorou as mulheres dentro de estruturas institucionais e de poder.

Compreender as práticas e os meios pelos quais os curdos de Rojava tentam e promovem um novo debate epistemológico, que não apenas discute em teoria as problemáticas sociais em torno das mulheres, mas fomenta o diálogo de como ultrapassá-los à partir do indivíduo, se torna imprescindível para observar como essa nova forma de sociedade poderá auxiliar em discussões acerca da participação feminina em movimentos de autodeterminação. E até mesmo para poder compreender como a libertação das mulheres promovida em Rojava pode auxiliar no rompimento com estruturas coloniais, além de ressignificar o papel conjunto de homens e mulheres em cenários de luta.

Em seu aprisionamento, Öcalan passou a pesquisar e teorizar novos rumos para o movimento de libertação curdo, já que ele entendia que com o fim da URSS e abertura econômica da República Popular da China na década de 1990 “(...) o realismo pragmático marxista acompanhado pelo culto à personalidade havia

fracassado nesses países” (DE MORAES & VIEIRA, p. 56, 2017). E durante esses anos Öcalan se aproximou de estudiosos voltados ao socialismo libertário e, em especial aos estudos de Murray Bookchin, que desenvolveu uma teoria chamada de Municipalismo Libertário, e também aos estudos de Immanuel Wallerstein, acerca da Economia Política do Sistema-Mundo.

Foi a partir destes estudos e dessa influência que Öcalan redireciona a luta do PKK e do movimento de libertação curdo ao abandonar o objetivo de estabelecer um Estado curdo independente, e então estabelecer uma federação, pautada em “(...) experiência socialista libertária, horizontalizada com democracia direta” (DE MORAES & VIEIRA, p. 76, 2017) através do que ele passa a chamar de Confederalismo Democrático.

Assim, o PKK e PYD possuem esse viés “antinacionalista”, no sentido de que não buscam a implementação e ou a formação de um Estado-nação, mas sim uma federação, que pudesse reunir os diferentes partidos que existem na região, e para que eles obtivessem espaço para promover o CF através de uma participação política de base, que seja inclusiva, comunal, ecológica e democrática (DIRIK et al., 2017). Atualmente, KCK é o órgão transnacional que organiza e regula a entidade federativa e o TEV-DEM é o órgão responsável por implementar o CF na região de Rojava.

3.2 Os Conselhos Populares: autoadministração e descentralização de poder

O CF é construído a partir de uma crítica central nos três principais componentes que organizam a sociedade, com o objetivo de ultrapassá-las: O Estado-nação; o patriarcado; e o capitalismo. Öcalan, ao estabelecer o Confederalismo Democrático, questiona o modelo do Estado-nação pois este é tido como a continuação de uma dominação colonial que implementa na sociedade estruturas institucionalizadas de poder e de opressão como o capitalismo e o patriarcado, compreendendo que a origem do domínio patriarcal é estabelecido mediante a construção da propriedade privada do homem no contrato social firmado com o Estado (ÖCALAN, 2020).

Em seus estudos, Öcalan faz uma análise da evolução social da organização do indivíduo, adentrando nas raízes da civilização na Mesopotâmia e na Suméria, para demonstrar como o Estado-nação impediu o avanço da democracia nas cidades

pautadas na autogestão (DE MORAES & VIEIRA, 2017). Isto através de quatro fundamentos ideológicos do Estado-nação: o nacionalismo, a ciência positivista, o sexismo e a religiosidade (ÖCALAN, 2020). O Estado-nação deixa de ser uma opção à Öcalan porquê

Nas últimas décadas, os curdos não só lutaram contra a repressão dos poderes dominantes e pelo reconhecimento da sua existência. Também lutaram pela libertação da sua sociedade do domínio do feudalismo. Portanto, não vale a pena substituir as velhas cadeias por novas ou mesmo intensificar a repressão. Isto é o que a fundação do Estado-Nação significaria no contexto da modernidade capitalista. Sem oposição à modernidade capitalista, não haverá lugar para a libertação do povo. (p.19)

Após a tomada da região de Rojava no norte da Síria, o TEV-DEM ficou como responsável por dar seguimento à construção processo de decisão nas comunas, um processo que não que não tivesse relação com um centralismo burocrático e coercitivo de Estado, mas sim que fosse auto administrativo e com o poder descentralizado (DE MORAES & VIEIRA, 2017). Para tanto, foram criadas os Conselhos Populares (CP), que possuem uma estruturação baseada na democracia direta (DIRIK et al., 2018).

Há quatro diferentes níveis de CPs, sendo o nível mais baixo às Comunas, que são os espaços de decisão locais, que são divididos em ruas ou em bairros, dependendo do número de pessoas, e os níveis vão “evoluindo” na seguinte ordem: Comuna, Conselho de Distrito, Conselho de Cidade, e, por fim, o Conselho do Cantão, que é chamado de Assembleia do Povo (DIRIK et al., 2018). Em cada nível, é eleito dois co-presidentes, em um cargo denominado de co-liderança, com a paridade de gênero obrigatório, sendo assim é institucionalizado na Constituição de Rojava (2014) que a liderança sempre deve ser compartilhada entre um homem e uma mulher; e os co-presidentes, vão respondendo às entidades superiores e às decisões advindas dos seus respectivos CPs (DIRIK et al., 2018).

3.3 As três rupturas sexuais

Uma das grandes transformações que o Confederalismo Democrático visa trazer aos moldes sociais e políticos de Rojava, é o repensamento do papel e da posição da mulher na história da sociedade, para a compreender à sua exploração e

o funcionamento da estrutura de poder que é empreendida pela noção tradicional do Estado-nação (RIBEIRO, 2017). Duas publicações são muito importantes dentro desse reposicionamento: o livro *A Revolução das Mulheres* (2016) escrito por Öcalan, e a *Constituição de Rojava* (2014) (AMOROSI, 2019). Neste capítulo iremos abordar os principais pontos teóricos do primeiro.

No seu texto, o líder socialista destaca como a escravidão da mulher é uma construção histórica que fundamenta de fato qualquer outra escravidão. Ele assinala duas rupturas sexuais principais para a passagem do matriarcado neolítico até o patriarcado atual: a divisão sexual do trabalho, junto com a elaboração do direito de paternidade como direito de propriedade; e o nascimento das religiões monoteístas, que refletem também o advento dos grandes impérios. (AMOROSI, p. 3, 2019)

A primeira ruptura inicia-se com uma tensão na atividade da colheita feita pela mulher e a caça do homem (ÖCALAN, p. 32, 2016). Na sociedade matriarcal neolítica “ (...) se criou em torno da mulher uma ordem social completamente comunitária denominada ‘socialismo primitivo’”, em grande parte uma consequência ao culto da “deusa-mãe”, ou seja, o entendimento de que a mulher era a provedora da vida (ÖCALAN, p. 32, 2016)..

O socialismo primitivo, caracterizado pela igualdade e pela liberdade, foi viável porque a ética social da ordem matriarcal não permitia a propriedade, que é o fator principal do aumento da divisão social. A divisão sexual do trabalho, a outra questão relacionada com a divisão social, não estava ainda baseada na propriedade e nas relações de poder. As relações privadas dentro do grupo não haviam se desenvolvido ainda.

Então, não havia uma estrutura hierarquizada institucionalizada de fato, e a mulher obtinha sua posição devido à sua função de alimentadora da família e da comunidade, controlando o pequeno excedente da produção, que mesmo assim se acumulava; com o aprimoramento das técnicas de caça do homem, este passou a obter um status mais alto em sociedade e alia-se ao ancião e/ou xamã, em oposição à posição da mulher, dando início a base do patriarcado (ÖCALAN, 2016). A partir de então, inicia-se à hierarquização da sociedade de forma institucionalizada, pois começa a ser estabelecido um controle ideológico na divisão de trabalho da sociedade, pois a natureza do poder que o homem recebe em sociedade está ligada a cultura da guerra, já que a caça envolvia não apenas a busca por alimento mas a defesa da sociedade (ÖCALAN, 2016). Öcalan (p. 34, 2016) entende que

(...) a dependência voluntária (que se tinha à mulher) se transforma em autoridade, a utilidade em interesse próprio, (...) (que) dá passagem a um inapropriado instrumento de força. O instrumento de força se oculta atrás da segurança comum e da produção coletiva. Isso constitui o núcleo de todos os sistemas de exploração e opressão. É a criação mais sinistra que se inventou em todos os tempos. A criação que propiciou todas as formas de escravidão, todas as formas de mitologia e de religião, toda a aniquilação e o saqueio sistemático.

A sociedade então adquire uma nova reorganização, pois com o avanço nas técnicas de agricultura e o crescimento das comunidades, as primeiras cidades são organizadas, formando cada vez mais o produto excedente, levando a mercantilização do mesmo, e à urbanização da sociedade, o que posteriormente levaria ao desenvolvimento do capitalismo (ÖCALAN, 2016).

Assim, o socialismo primitivo que caracterizava o matriarcado originário foi substituído pela centralidade do direito de propriedade e pelo exercício do poder como sinônimo de masculinidade, conceito fundante tanto da ideia de militarismo, quanto aquela de nacionalismo. Porém, o patriarcado se reproduz também na noção de Estado através da ideologia dinástica que fixa a centralidade da família como instituição. Isso esclarece-se pelo paralelismo entre o monopólio do homem sobre a própria família e o monopólio do capital sobre a sociedade. (AMOROSI, p. 3, 2019)

A segunda ruptura sexual ocorre com o aprofundamento das estruturas do patriarcado, que ocorre por influência das religiões monoteístas e autoridades religiosas, e isso acontece, porque "(...) tratar as mulheres como seres inferiores tornou-se agora mandato divino" (ÖCALAN, p. 47, 2016). É importante ressaltar que dentro dessa crítica, Ocalan refere-se tanto à doutrina cristã, quanto à islâmica, considerando que ambas ainda não superaram as suas construções patriarcais (OCALAN). E partir disso também há a intensificação do papel doméstico da mulher, com a estruturação da família, em que o homem passa a ter o monopólio da vida, da esposa e dos familiares, fazendo com que a instituição da família torne-se um "pequeno Estado do homem" (ÖCALAN, 2016).

Primeiro, a família torna-se um suporte básico da sociedade estatal ao dar-lhe poder na pessoa do sexo masculino. Em segundo lugar, o trabalho constante e não remunerado das mulheres fica assegurado. Em terceiro, ela cria as crianças para manter as necessidades da população. Em quarto, ela difunde a escravidão e a imoralidade como modelo para toda a sociedade. A família, assim constituída, é a instituição em que a ideologia dinástica se torna funcional. (ÖCALAN, p. 53, 2016).

Neste sentido, Ocalan considera a escravidão da mulher como à primeira forma de escravidão, que se justifica por distinção biológica, e que à partir dela são intuídas outras formas de opressão e desigualdes, pois assim abriu-se espaço para meninos e outros homens (ÖCALAN, 2016). Para ele, a “(...) escravidão feminina como produto de um determinado processo histórico que, através da sua anaturalização, constitui um padrão de referência para a estruturação de outros sistemas de escravidão e opressão” (AMOROSI, p.5, 2019). A única maneira pela qual a sociedade pode ultrapassar esse sistema de dominação institucionalizado é necessário um novo enfoque na relação entre os gêneros. Ocalan propõe que à terceira ruptura sexual seja dessa vez contra o homem, pois

Sem igualdade de gênero, nenhuma exigência de liberdade e de igualdade faz sentido. Na verdade, a liberdade e a igualdade não são alcançadas se a igualdade de gênero não é atingida. O elemento mais permanente e completo de democratização é a liberdade das mulheres. O sistema social é mais vulnerável devido a essa questão não resolvida: a mulher que foi convertida, primeiro, em propriedade e que hoje é completamente uma mercadoria, de corpo e alma (ÖCALAN, p. 68, 2016).

E nesse sentido, traz novas formas de se pensar o papel da mulher e do feminismo na sociedade, não apenas por buscar uma participação igualitária entre homens ou mulheres socialmente e politicamente nos processos de tomada de decisão e nos níveis organizacionais, ou por propor que elas participem de locais estigmatizados socialmente como masculinos como forças militares, fazendo desta participação como algo revolucionário e libertador por si próprio. Mas também por propor uma nova epistemologia, a *Jineologî*, a “ciência da mulher”, que busca a reflexão e o debate acerca da posição da mulher na história e sua exploração (RIBEIRO, 2019).

Compreende-se que para a implementação do Confederalismo necessita-se justamente de uma capacidade de estabelecer uma consciência social entre os indivíduos (RIBEIRO, 2019). Então a educação, e com ela o diálogo e o debate, possuem um papel principal na promoção dos valores e da reestruturação desse novo modelo de sociedade, e deve ser construída coletivamente (CASTRO, 2018). Então, a *Jineologî* tem um papel fundamental na libertação e na resignificação do papel da mulher curda, ao buscar refletir dentro de escolas, faculdades, das comunas e até mesmo dentro de academias militares, a estrutura dominante e patriarcal da

sociedade, e para além dela, entrar em um processo que liberte o próprio indivíduo dessas amarras (DIRIK et al, 2018).

4. Os papéis das mulheres no movimento de libertação curdo

Antes mesmo da declaração de autonomia de Rojava, e a estruturação organizacional política desta, as mulheres já tinham uma atuação política efetiva e

forte no movimento nacionalista curdo, participação esta que ganhou força principalmente durante à década de 1990 (RIBEIRO, 2015).

Neste sentido, primeiramente neste capítulo será feita uma recapitulação da participação das mulheres curdas no movimento. A partir desse ponto, será feita uma análise da relação entre gênero e nacionalismo, e de como movimentos de libertação nacional perpetuam relações de poder e a divisão sexual do trabalho a partir do ideal do Estado-nação (ENLOE, 2014).

Posteriormente, será exposto como a experiência de Rojava traz singularidades e transformações novas à luta das mulheres curdas, e não apenas à elas mas também à causa como um todo. Procurando, assim, analisar como a virada ideológica e os preceitos do CF podem ou não ter auxiliado na mudança dos papéis que as mulheres curdas desempenharam no movimento de libertação.

4.1 Gênero e Nacionalismo na luta pela autodeterminação curda

A década de 1990 marca um aprofundamento da participação das mulheres não só dentro do PKK, mas no movimento de libertação curdo como um todo. Não que antes as mulheres não tivessem participação na, elas tiveram participação ativa dentro da luta armada desde o início. Desde as décadas de 1960 e 1970, épocas em que o movimento de loibertação curdo começou a se reestruturar na Turquia, as mulheres curdas foram ativas em movimentos de esquerda e de causa nacionalista, entretanto essa participação foi dentro de movimentos liderados e iniciados pelos homens (ÇAHA, 2011).

Outro ponto desta participação das mulheres neste período, é que elas eram masculinizadas, ou seja, para que as mulheres pudessem fazer parte do movimento curdo e dos partidos, elas eram “purificadas”, pois não eram vistas como mulheres de fato, pois delas era retirada a sexualidade e a individualidade (ÇAHA, 2011). Essa imposição se relaciona com a ideia de que o gênero é performativo, pois não são decorrentes da natureza, mas sim de um ideal construído e imaginário, que é reforçado por normas, condutas e padrões sociais (BUTLER, 1988). Como veremos mais para frente, essa imagem masculinizada da mulher curda dentro do movimento, ainda não perdeu sua força.

Entretanto, mesmo que não houvesse um protagonismo das mulheres curdas na causa, ainda haviam debates sobre a situação da mulher curda na sociedade, pois

No começo, quando ainda era um partido voltado à ideologia marxista-leninista, o PKK adotou a tese de Engels que colocou a emergência das classes, dado o surgimento da propriedade privada quebrando com a lógica do comunismo primitivo das sociedades humanas (...) Nesta obra Engels lembra que antes da exploração de classes estava a diferenciação social dada por meio do sexo. (...) Nessa lógica, a posição inferior da mulher só poderá acabar com o fim das classes. O PKK readapta esta análise dizendo que as mulheres curdas sofrem não só com a luta de classes, com o colonialismo, mas sobretudo, com a dominação masculina agravada pelas perseguições étnicas e políticas e pelo modelo semifeudal de muitas regiões curdas. (RIBEIRO, p. 41-42, 2015).

No começo da década de 1980, as questões de gênero na Turquia começaram a ter novas mudanças, principalmente com o fortalecimento de pautas que envolviam o feminismo liberal (DINER, 2010). Mas essa emergência trouxe novos debates acerca da participação da mulher curda em sociedade, pois o movimento feminista turco não contemplava questões envolvendo etnia e nacionalismo, já que as condições de vidas das mulheres curdas eram afetadas pelas decisões segracionistas do Estado (DINER, 2010). Ou seja,

Até mesmo as feministas turcas, descontentes com o sistema e lutando pela melhoria da condição das mulheres na Turquia, “tinham a tendência de marginalizar as mulheres curdas, que percebiam como atrasadas, e tentavam assimilá-las à força em seu ‘projeto de modernização’ nacionalista” (PAVIČIĆ-IVELJA, p. 134, 2016, tradução nossa)¹⁰.

Um ponto importante acerca desse distanciamento de pautas e à dificuldade na convergência e na construção de aproximação entre esses grupos, é devido principalmente à negação de que havia diferenças de tratamentos e oportunidades entre mulheres turcas e curdas (PAVIČIĆ-IVELJA, 2016). Na década de 1980, com o golpe de Estado implementado pelo General Kenan Evren, tem-se à criação de uma agenda de governo voltada à identidade Turca como uma nação única e homogênea, se posicionando contra questões envolvendo os curdos, adotando políticas que firmaram o Kemalismo¹¹ na Turquia (ŞİMŞEK, 2018). Qualquer manifestação de

¹⁰ No original: “Even the Turkish feminists, displeased with the system and fighting for the betterment of women’s condition in Turkey, “had the tendency to marginalize Kurdish women, which they perceived as backward, and tried to forcefully assimilate them into their nationalist “modernization project”

¹¹ O Kemalismo é uma ideologia nacionalista, que define as características básicas da República da Turquia, que criou as bases do que é o Estado moderno turco. Foi formulado pelo líder do Movimento Nacional Turco, Kemal Atatürk.

nacionalismo, identidade ou da língua curda, eram severamente reprimidos (DINER, 2010). Nesta época houve uma importante organização formada por mulheres curdas em forma de resistência ao regime e suas prisões arbitrárias e repressão.

Como analisamos anteriormente é neste período pós-golpe de 1980, que há o início da luta armada do PKK e a intensificação da diáspora curda, e estima-se que até os dias atuais, cerca de 1.2 milhões de curdos vivem em diáspora em decorrência dos conflitos na região, e internamente cerca de 4 milhões de curdos precisaram se realocar (METCALFE et al., 2020). Grande parte da população migra em decorrência dos conflitos que passam a se intensificar por serem expulsos pelas forças militares curdas passam a cada vez mais se identificar com as pautas relacionadas ao movimento de libertação curdo e ao PKK (PAVIČIĆ-IVELJA, 2016). Deve-se ressaltar como a migração forçada também traz mudanças à realidade das mulheres curdas, como também acaba por se tornar um catalisador que passa a reforçar a necessidade de agência por parte dessas mulheres (GÖKALP, 2010). Quando se analisa a relação entre nacionalismo e gênero, se observa como a luta por reconhecimento étnico também está interligado ao reconhecimento da identidade das curdas enquanto mulheres, já que ambos reconhecimentos acabam por demandar à necessidade de justiça, e limitam de forma conjunta a participação plena em sociedade (FRASER, 2007; GÖKALP, 2010).

Certas formas de agência, devido às especificidades da guerra e do deslocamento como processos de aprendizagem social e política, podem se desenvolver nesses contextos que equipam as mulheres com assertividade social e política visando visibilidade, voz e justiça (GÖPALK, p. 562, 2010, tradução nossa)¹².

É a partir dessas movimentações que em 1987 é estabelecido a União das Mulheres Patrióticas do Curdistão (em curdo: *Yékitiya Jinên Welatparêzên Kurdistanê*) (DIRIK et al., 2018). O debate de gênero começa a se tornar cada vez mais forte e à integração das mulheres também, tanto no meio rural quanto no urbano. Com a necessidade de formalizar e institucionalizar esse debate, e de organizar esses coletivos que em 1955, após o primeiro Congresso Oficial sobre o Papel da mulher na

¹² No original: "Certain forms of agency, owing to the specificities of war and displacement as social and political learning processes, may develop within these contexts that equip women with social and political assertiveness aiming at visibility, voice, and justice".

luta do Curdistão, que se cria o Movimento de Libertação das Mulheres do Curdistão, que posteriormente tornou-se a YAJK (RIBEIRO, 2015).

Porém,

Quando as mulheres começaram a se juntar à luta de guerrilha que o PKK iniciou contra o Estado em 1984, a maioria delas não necessariamente entrou na vida das montanhas em busca da libertação das mulheres. Especialmente na década de 1990 – uma época de devastadoras e brutais destruições de vilarejos, execuções extrajudiciais, massacres, encarceramentos em massa e tortura pelo Estado turco – muitas mulheres decidiram se tornar guerrilheiras principalmente pelo desejo de resistir aos ataques racistas, nacionalistas e assimilacionistas do Estado aos curdos (DIRIKI, p. 3, 2018, tradução nossa)¹³

Entretanto, com a inserção das mulheres na guerrilha e no movimento político da causa como um todo, tem-se à necessidade de se discutir pautas referentes à discussões de gênero e papéis sociais. Ou seja, se desenvolve um debate específico sobre como o conflito armado e político curdo afeta a vida das mulheres curdas, sobre como é ser *mulher* e *curda* na sociedade, existindo dentro de uma posição de dupla opressão sistemática (RIBEIRO, 2015). No sentido de que além de vivenciar a opressão do sistema patriarcal, as mulheres curdas são também oprimidas por pertencer a um determinado grupo étnico. As mulheres curdas então começam a ter mais ativismo político, participando de mobilizações e participando das organizações nacionalistas.

(...) a política de negação da identidade curda operada especialmente na Turquia (país onde vive a maioria dos curdos) implicou um natural agravamento da situação feminina: pelo fato de as mulheres não terem tido acesso à educação até os anos setenta, e de elas falarem somente curdo (língua não reconhecida pelo Estado), elas se encontravam totalmente segregadas no espaço privado da vida doméstica, não conseguindo alcançar a liberdade de participar ativamente da vida pública. Ademais, elas sofriam uma dupla violência: por um lado, aquela explicitamente brutal das tropas turcas, as quais empregavam o estupro como arma de guerra para desonrar o povo curdo e marcar o próprio poder; por outro lado, aquela naturalizada e silenciada dos próprios homens curdos que através da humilhação física e mental das mulheres obtinham um espaço mísero de exercício da autoridade e do poder que fundam o patriarcado tradicional e que tinham sido radicalmente negados pela repressão turca (AMOROSI, p. 3, 2019)

¹³ Nota original: “When women started joining the guerrilla struggle that the PKK initiated against the state in 1984, most of them did not necessarily enter the mountain life in a quest for women’s liberation. Especially in the 1990s—a time of devastating and brutal village destructions, extrajudicial killings, massacres, mass incarcerations, and torture by the Turkish state—many women decided to become guerrillas primarily out of the wish to resist the state’s racist, nationalist, and assimilationist attacks on the Kurds”.

Então, mesmo com essa participação feminina ativa dentro do movimento, é importante observar como movimentos de libertação nacional também são construídos dentro de narrativas de estruturas de poder e de gênero (ENLOE, 2014). Nesse sentido, quando olhamos para a relação entre o Estado colonial e seu colonizado, o único espaço de mínima autoridade em que o homem curdo pode exercer o poder relegado a ele pela estrutura patriarcal, é em sua família e lar; já que como cidadão, ele é excluído do Estado de direito.

Ao longo da história, por mais que movimentos nacionais buscassem a ruptura com a estrutura colonial, esta se manteve, não em sua plena consistência, mas nos arranjos ideológicos e estruturais que persistiram com a implementação de Estados pós-coloniais, pois estes continuam a perpetuar um modelo organizacional estabelecido pelo *status quo* (ENLOE, 2014). O modelo padrão e tradicional do Estado moderno, aquele que surge através da experiência europeia e ocidental, foi implementado e perpetuada ao longo da história à outras partes do globo, sem que se questionasse as diferentes formas organizacionais e contextos dessas sociedades, que apenas seguiram uma lógica na qual precisavam se inserir, para coexistir com os demais no sistema internacional.

Esse entendimento da relação entre colonizado e colonizador também pode ser aplicado ao histórico do povo curdo na região, porque quando falamos sobre colonização, esta não se restringiu apenas em um determinado local histórico e não aconteceu de apenas uma determinada forma (RIBEIRO, 2015). Quando o Estado, enquanto instituição política, impõe políticas de assimilação cultural à um povo, o marginaliza dentro da sociedade através de barreiras para o exercício da cidadania, e tenta provocar o seu apagamento sistemático, histórico e étnico, alinhado à ocupação do seu território, estamos falando de colonização (RIBEIRO, 2015). Neste sentido, as mulheres curdas percebem as ações dos Estados da região como uma tentativa de colonização.

Assim, com o começo da luta armada em 1984, essas mulheres encontram finalmente um espaço de ação e emancipação até então inimaginável: não tendo nada a perder elas optaram por se dedicar à luta, através da qual poderiam provar a si mesmas e aos próprios homens a capacidade de agir que elas tinham. Desse modo, elas começaram a desnaturalizar a ideia comum de que a mulher fosse sujeita ao domínio masculino. A luta na qual estavam envolvidas, marcada por reivindicações identitárias, as levou a enfrentar simultaneamente o conceito da própria identidade étnica e de

mulher: segundo elas, a luta pela emancipação política estava indissolavelmente conectada à luta pela emancipação social das mulheres (AMOROSI, p. 3 , 2019).

A participação das mulheres curdas na guerrilha possibilita que elas assumam um papel social não unicamente ligado à maternidade ou à vida doméstica, além de participar de forma ativa e direta dentro da luta pela emancipação nacional (ŞİMŞEK, 2018). Porém, o envolvimento das mulheres na luta armada curda encontrou resistência por parte dos demais companheiros (DIRIK et al., 2018). Contextos que envolvem a militarização e a guerra são espaços hipermasculinizados, em que a atuação das mulheres apenas é representada através de papéis simbólicos e passivos que reforçam e validam os papéis masculinos (ENLOE, 1993). E por justamente, apenas obterem papéis simbólicos e passageiros, ou seja, no final do conflito espera-se que as mulheres não mais necessitem atravessar esses espaços, que movimentos nacionalistas podem vir a contribuir para a continuação da dominação das mulheres no Estado pós-colonial (ENLOE, 2014).

Ao analisar o surgimento do Estado, compreende-se que este foi formado a partir de um contrato social firmado entre homens, de modo que assim esse contrato também seja um contrato sexual e, neste sentido, para que o homem seja cidadão, ele deve ser reconhecido como o chefe da família e firmará para qual Estado ele seria capaz de morrer, e o dever da mulher enquanto cidadã está vinculado aos seus deveres com o marido e família (ENLOE, 2014)). Assim, é por isso que há uma “(...) *genderization* da violência no processo de constituição do Estado-nação, enquanto ela está exercida basicamente sobre as mulheres: é o corpo da mulher o campo de batalha privilegiado dos conflitos nacionalistas” (AMOROSI, p. 6, 2019).

E essa genderização acaba por estar presente no campo de guerra, pois o estupro torna-se uma arma (DÜZGÜN, 2016). Abuso sexual tem sido uma violência comum contra às mulheres curdas por parte das forças turcas e do ISIS (DÜZGÜN, 2016). E dentro deste contexto, está presente como uma questão de honra nacional, na hipersexualização e dominação do inimigo, pois “(...) para garantir a aniquilação e a sujeição do inimigo é preciso desonrar a sua raça, estuprando as suas mulheres” (...). Ademais,

O fato biológico de que as mulheres são as reprodutoras de comunidades e Estados-nação pode ser visto como uma contribuição para a ideologia que alimenta o uso do estupro de mulheres como uma ferramenta estratégica na

guerra. Pode-se entender que o estupro do corpo feminino é considerado como o estupro metafórico da nação, comunidade ou raça que representa. (DÜZGÜN, p. 31, 2016, tradução nossa)¹⁴

Uma das representações que podem vir a contribuir para a manutenção do papel passivo das mulheres, é a construção da mulher como indefesa e sem agência, que precisa ser salva (ENLOE, 2014). No sentido de que movimentos nacionalistas podem se utilizar de “(...) discursos escritos por homens que usam mulheres e seus corpos pragmaticamente para promover seus próprios interesses” (GÖKALP, p. 563, 2010, tradução nossa)¹⁵.

Isto porque como demonstra Enloe (p.91, 2014, tradução nossa) “(...) tornar-se um nacionalista exige que um homem resista ao uso e abuso de suas mulheres pelo estrangeiro”¹⁶, assim à luta nacionalista é também uma maneira de os homens recuperarem o controle sobre suas próprias mulheres, e eles querem resgatar suas mulheres do abuso desse colonizador. Um movimento de libertação é construído através da perspectiva do homem, que privado de suas posses, sua terra e “suas” mulheres, e também do exercício da sua masculinidade, não tem mais o domínio do que lhe pertence, e essas posses são repassadas ao colonizador (ENLOE, 2014). Öcalan também demonstra a relação entre o nacionalismo e a fundação Estado, com a estrutura do patriarcado, e é neste sentido que na visão do autor que adotar o modelo de um Estado-nação no Curdistão, apenas seria manter as mesmas estruturas opressoras:

O capitalismo e o Estado-nação representam o macho dominante de maneira mais institucionalizada. A sociedade capitalista é a continuação e a culminação de todas as antigas sociedades exploradoras. É uma guerra contínua contra a sociedade e contra a mulher. Para dizer tudo isso de forma sucinta, o capitalismo e o Estado-nação são o monopólio do macho tirânico e explorador (ÖCALAN, p. 59, 2016)

Dentro de um movimento de libertação nacional, os papéis relegados às mulheres acabam por se tornar simbólicos, pois se encontram entre duas narrativas

¹⁴ No original: “The biological fact that women are the reproducers of communiles and nalon-states can be seen to contribute to the ideology which fuels the use of the rape of women as a strategic tool in war. It can be understood that the rape of the female body is regarded as the metaphorical rape of the nation, community or race it represents”.

¹⁵ No original: “(...) discourses written by men who use women and their bodies pragmatically to advance their own interests”.

¹⁶ No original: “(...) becoming a nationalist requires a man to resist the foreigner’s use and abuse of his women”.

em disputa: à do colonizado que quer resgatar as mulheres do colonizador; e do colonizador que constrói a imagem do colonizado como selvagem e violento, principalmente contra as mulheres (ENLOE, 2014). Dentro do movimento nacional, as mulheres representam a continuidade da nação e seus valores, já que elas são vistas como as guardiãs da cultura e da identidade nacional de um povo: à mãe cabe o dever de passar aos filhos as tradições, a história, a língua, e os costumes do povo, garantindo, assim, a sua existência e sobrevivência (ENLOE, 2014). Ao longo dos entraves com o PKK e o PYD, o Estado turco, por exemplo, se utilizou da construção de uma imagem de que as mulheres curdas que lutavam pelo movimento, o faziam por serem desonradas, selvagens e de que à partir da participação da luta, elas não mais são mulheres (ALKAN, 2018) No sentido de que os homens curdos não garantem a segurança delas, e de que portanto elas seriam obrigadas a lutar (ALKAN, 2018).

Porém, mesmo que a inserção de mulheres curdas na luta armada represente um rompimento de um papel tradicional, a luta armada não é libertadora e emancipadora por si própria (ENLOE, 2014). A luta armada representa uma necessidade, um meio e não um fim. Precisa-se levar em conta as condicionantes das políticas que excluem e marginalizam o povo curdo na região, a violência da guerra vivenciada cotidianamente, e a estrutura patriarcal da sociedade curda. Melendez (2018.) analisa cinco fatores que levam as mulheres curdas a entrarem ao movimento e integrarem à luta armada: falta de oportunidades econômicas; discriminação étnica; falta de liberdade política; desigualdade de gênero; e lealdade familiar. Ao levantar estas condicionantes, busca-se compreender o sentido e as motivações por trás desse movimento, o que se reflete também na sua relevância enquanto um ator internacional. Já que em um curto espaço de tempo o PKK tornou-se referência na reivindicação dos direitos dos curdos e da luta armada à criação de um Estado. Saindo de uma organização inicialmente pequena e clandestina, para um movimento sociopolítico e militar transnacional, capaz de mobilizar recursos, organizações, e guerrilheiros armados, tanto homens quanto mulheres (AMOROSI, 2019).

Ao analisar a agência das mulheres curdas dentro do movimento e a participação das mulheres na luta armada, Göpalk conclui que

As vulnerabilidades sociais, econômicas e de gênero, de fato, legitimam as demandas das mulheres por justiça e direitos, justificam sua busca por formas não convencionais de fazer as coisas e, até certo ponto, as isolam da

violência na forma de detenção e vigilância policial/gendarme (p. 656, 2010, tradução nossa)¹⁷.

Neste sentido, as demandas das mulheres por justiça e por uma maior participação no movimento, com pautas relacionadas à gênero, acabam por aumentar conforme à escalada da violência e opressão, que as leva a participar ativamente a partir da década de 1990. Essa necessidade de formar organizações e pautas autônomas acaba por também desafiar construções sociais hegemônicas acerca do que constitui a masculinidade e feminilidade, as esferas público e privado da vida social e a divisão sexual do trabalho (AMOROSI, 2019).

Isto porque, a capacidade de fazer violência, guerra e política são características socialmente associadas como intrínsecas ao ser masculino, uma visão que é difundida pela divisão de trabalho das estruturas sociais e de gênero: a mulher garante a manutenção do lar privado e da família, a reprodução do povo e da transmissão da cultura; enquanto o homem domina a esfera pública, é um ser socialmente político, sustenta e protege sua família, e no espaço doméstico, no qual exerce a função de patriarca e chefe do lar (ABRAHÃO et al, 2018). E neste ponto, verifica-se como movimentos de libertação nacional acabam por perpetuar essa divisão, pois também se relaciona com à perpetuação dessa ordem e está vinculado à manutenção do poder do homem (ENLOE, 2014).

4.2 A Revolução de Rojava

Com a virada ideológica do PKK no início dos anos 2000 e a adoção do CF a partir do PYD e o TEV-DEM, há uma resignificação do papel da mulher curda dentro do movimento de libertação nacional como um todo, que se aprofunda de forma prática principalmente a partir da Revolução de Rojava (2013).

Como apresentado anteriormente, o CF tem como base à libertação da sociedade em três sentidos: à superação do modelo Estado-nação como forma de governo, e sim a partir da autogestão das comunidades a partir dos CP; o anticapitalismo baseado na criação de comunidades ecológicas e econômicas; e a

¹⁷ No original: "Social, economic, and gender-related vulnerabilities indeed legitimize women's demands for justice and rights, justify their search for non-conventional ways of doing things and, to a certain extent, insulate them from violence in the form of police/gendarme detention and surveillance".

libertação da mulher à partir de uma luta conjunta contra o sistema patriarcal (DIRIK et al. 2017).

Todos esses pilares se relacionam entre si na construção dos CPs em Rojava. Porém, o foco deste trabalho é entender quais as medidas que estão sendo feitas em prol da libertação das mulheres, ou seja, compreender de que forma este último pilar do CF pode ou não auxiliar na mudança dos papéis das mulheres na luta pela autodeterminação curda em Rojava. De acordo com Metcalfe et al. duas mudanças são significativas no Curdistão como resultado do movimento feminista das mulheres curdas:

Primeiro, as mulheres agora ocupam posições-chave de poder dentro dos territórios curdos expostos à opressão violenta por poderes estatais existentes e insurgentes do EI. Em segundo lugar, essas mulheres líderes estão estabelecendo a democracia comunal como um ideal dentro desses territórios. Elas conseguem isso elucidando um contrato social baseado na livre associação, nos direitos das mulheres à autonomia e autodeterminação e atenção aos princípios igualitários, em vez de estabelecer hierarquia política por meio de competição e dominação. (p. 2-3, 2020).¹⁸

Com a Revolução de Rojava e o início da construção do CF pelo TEV-DEM, uma nova constituição foi escrita em 2014. Essa nova constituição, que recebe o nome de Carta do Contrato Social (2014), reconhece formalmente os direitos das mulheres e as diretrizes do CF, que passa a ser construído na região, que ainda encontra-se em conflito com as forças turcas e com o ES.

Os principais artigos voltados à emancipação das mulheres são: o artigo 23, que estabelece que todos possuem o direito de expressar seus direitos, sejam eles étnicos, culturais, linguísticos e de gênero; o artigo 27 que garante às mulheres o direito inviolável de participar da vida política, social, econômica e cultural; o artigo 28 que estabelece que homens e mulheres são iguais perante à lei, e que a Carta garante à realização efetiva da igualdade das mulheres e que direito de se organizarem em prol da erradicação de todas as formas de discriminação por causa de gênero (ROJAVA, 2014). Esse reconhecimento é percebido como um avanço dado à condição marginalizada que as mulheres curdas possuíam na sociedade. Na

¹⁸ No original: "First, women now occupy key positions of power within Kurdish territories exposed to violent oppression by existing state powers and ISIS insurgents. Second, these women leaders are establishing communal democracy as an ideal within these territories. They accomplish this by elucidating a social contract based on free association, women's rights to autonomy and self-determination, and attention to egalitarian principles rather than establishing political hierarchy through competition and domination".

Turquia, por exemplo, devido ao subdesenvolvimento das regiões curdas, as mulheres são o grupo com maior taxa de não alfabetização (EREL & ACIK, 2020).

Como membros de uma minoria étnica marginalizada, as mulheres curdas na Turquia experimentam uma desvalorização de seus recursos culturais, pois sua experiência de gênero de privação educacional e econômica não as equipa com o capital cultural que as legitima como cidadãs competentes (EREL & ACIK, p. 8, 2020, tradução nossa)¹⁹

É no artigo 87 que se institucionaliza a liderança compartilhada das CPs, com a co-presidência e também com que todos os órgãos, instituições e comitês do governo devem possuir pelo menos 40% da presença de cada um dos gêneros (ROJAVA, 2014). Essa política também teve seus efeitos na Turquia, que à partir do aumento de partidos pró-curdos também teve uma maior efetividade no seu programa de cotas para participação feminina no parlamento (EREL & ACIK, 2020).

Isso (...) impulsionou uma maior visibilidade e participação das mulheres no parlamento em geral, afetando também as mulheres turcas. Nesse sentido, a promulgação da cidadania na camada da comunidade curda afetou aquela na camada de cidadania do estado-nação (EREL & ACIK, P. 14, 2020, tradução nossa)²⁰.

Para além disso, outro mecanismo que auxilia nos processos de tomada de decisão são os Conselhos de Mulheres (DIRIK et al., 2018). A constituição desses Conselhos se assemelha na organização dos CPs, entretanto eles não possuem nenhuma deliberação legal, são apenas fóruns de participação apenas de mulheres, em elas podem discutir de forma conjunta assuntos gerais da comunidade, que então serão levados aos CPs (DIRIK et al., 2018). Estes Conselhos foram formados com o objetivo de criar um “(...) empoderamento das mulheres e sua politização” (DIRIK et al., p. 168, 2018).

Outro fator importante à mudança dos papéis das mulheres dentro do movimento curdo, se deu através da Jineologî, a ciência da mulher, que busca a reflexão e o debate acerca da posição da mulher na história e sua exploração

¹⁹ No original: As members of a marginalized ethnic minority, Kurdish women in Turkey experience a devaluation of their cultural resources, as their gendered experience of educational and economic deprivation does not equip them with the cultural capital that legitimizes them as competent citizens”.

²⁰ No original: “This (...) gave impetus to women’s greater visibility and participation in parliament more generally, affecting also Turkish women. In this sense, the enactment of citizenship on the layer of Kurdish community affected that in the layer of citizenship of the nation-state”

(RIBEIRO, 201). Os discursos e práticas das mulheres curdas dentro desse escopo pode ser considerada uma contribuição epistemológica antissistêmica e anticolonial à teoria feminista (RIBEIRO, 2019). Pois a Jineologî ajuda na ressignificação da identidade curda e é uma política emancipadora, em contraponto aos “estereótipos impostos pela ciência positivista (que) afetam as representações históricas e culturais das mulheres, o que contribui para a manutenção das estruturas de poder” (RIBEIRO, p.9, 2019). E “(...) na prática, a Jineologî logo se tornou um dos princípios centrais da luta curda, permeando todos os aspectos da vida, desde o campo de batalha, economia e política até as atividades cotidianas” (PAVIČIĆ-IVELJA, p. 138 , 2014, tradução nossa)²¹.

Nas suas entrevistas com mulheres curdas, Metcalfe et. al (p.9, 2020) identificou que 80% das participantes consideram a Jineologî como necessária para a contínua mudança da perspectiva da sociedade acerca do papel da mulher, pois é como um “(...) guia para estratégia de liderança e como a co-liderança está sendo usada como ferramenta para mudança de status social tangível”²².

E um dos motivos que as levam a esse entendimento, é que à Jineologî auxiliou no entendimento do papel da mulher na sociedade e no empoderamento feminino, porque assim as mulheres conhecem mais sobre a participação da mulher na sociedade e na luta curda (METCALFE et al., 2020). e como os autores pontuam a “(...) institucionalização da liderança feminina depende de membros de um grupo acreditarem que o sucesso coletivo requer o engajamento das mulheres como líderes”²³ (METCALFE et al, p. 10, 2020, tradução nossa).

Outro ponto fundamental na construção da consciência política e social das mulheres curdas é a participação destas na autodefesa, dentro da YPJ (DIRIK et al. 2018). As brigadas militares que cuidam da autodefesa de Rojava são a YPG e a YPJ, e se pautam através de uma noção de autodefesa, ou seja, não são como um monopólio de defesa do Estado, mas sim são forças que buscam pela autodefesa de Rojava contra as ameaças externas (DIRIK et al. 2018). Aliada à YPJ, também tem as Unidades das Mulheres Livres (em curdo, *Yekîneyên Jinên Azad ên Star* - YJA-Star),

²¹ No original: “(...) in practice, Jineology soon became one of the central tenets of the Kurdish struggle, permeating all aspects of life, from the battlefield, economy and politics to everyday activities”.

²² No original: “(...) guide for leadership strategy and how co-leadership is being used as a tool for tangible social status change”.

²³ No original: “(...) institutionalization of women’s leadership depends on members of a group believing that their collective success requires women’s engagement as leader”.

que são o braço armado do PKK destinado às mulheres. A YJA-Star também funciona como uma organização local e regional de mulheres curdas, estabelecendo quase que uma união confederativa de mulheres (DIRIK et al. 2018). A YPJ e YJA-Star rejeitam a estrutura opressora, homogeneizadora e patriarcal do Estado-nação e abraçam o ideal do CF, e da democracia autônoma através dos CPs (ŞİMŞEK, 2018).

A resistência armada e a autodefesa são uma necessidade política e militar para essas mulheres. Mas acaba por ser um espaço que desafia os papéis que as mulheres desempenham no meio doméstico, por romper com o que se espera delas enquanto mulheres em uma sociedade tradicional (ŞİMŞEK, 2018).

O engajamento político das mulheres e sua participação no exército de guerrilha se desenvolveram paralelamente. Para essas mulheres, presas numa sociedade autoritária, onde a opressão armada é a regra, pegar em armas representa um passo essencial para a autodefesa e transformação da sociedade. Mas isso não se limita a defender-se contra as forças do Estado e ganhar uma batalha militar. Significa um caminho através do qual é possível mudar a posição da mulher na sociedade, incluindo o próprio movimento de libertação curdo. (DE MIRANDA, p. 13, 2016)

Além disso, com o reconhecimento internacional do papel das YPJ na luta contra o ES e na libertação de Kobane, as mulheres têm tido à possibilidade de externalizar ainda mais o projeto de Rojava e o movimento como um todo, através de congressos, entrevistas e debates (AMOROSI, 2019). A libertação de Kobane contra as forças do ES, até hoje é considerado um símbolo, pois foi uma vitória muito significativa para a resistência curda, por reforçar e legitimar os objetivos da causa. Alguns dos motivos pelos quais essa vitória foi importante é porque trouxe reconhecimento internacional a causa curda e a revolução como um todo; fez com que o EI tivesse que bater em retirada; representou uma perda política e militar também ao presidente atual da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, que fechou as fronteiras aos curdos; e uniu os curdos do Iraque, Síria, Turquia e Irã em uma causa em comum, que seria a defesa da cidade (PHILIPS, 2015 apud RIBEIRO, 2015).

5. Considerações Finais

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, procurou-se analisar os papéis sociais das mulheres curdas no movimento de libertação curdo, e de que forma o Confederalismo Democrático poderia ter auxiliado ou não neste processo.

No primeiro capítulo deste trabalho foi apresentado uma breve exposição sobre a história do movimento de libertação curdo, desde as origens da marginalização dos curdos perante às divisões territoriais no Oriente Médio, passando pela criação do PKK até a origem do PYD, e a Revolução de Rojava com a implementação do CF pelo TEV-DEM.

No segundo capítulo foi exposto de forma breve, o que é o CF, quais são suas críticas e objetivos, bem como o porquê de buscar um protagonismo das mulheres na luta curda a partir de um análise sobre a criação do Estado, do Capital e do patriarcado. E no terceiro capítulo, analisa-se como os papéis das mulheres no movimento foram sendo reformulados ao longo do tempo até tornarem-se as protagonistas da causa, bem como à relação intrínseca delas com gênero e nacionalismo.

Quando observamos as pautas levantadas neste trabalho, notamos que as movimentações políticas e militares das mulheres curdas se intensificaram a partir da década de 1990, mas que desde o começo as mulheres estiveram presentes na luta pela autodeterminação do seu povo. O grande cerne da questão, é que com a intensificação da presença das mulheres, seja nos debates políticos, seja na luta armada, o debate sobre gênero e nacionalismo, começa com a estruturação do movimento das mulheres em organizações, assembleias, e relações transnacionais com outras mulheres. O nacionalismo e o gênero andam de mãos dadas, pois ambos se estruturam a partir de relações de poder entre colonizador e colonizado, opressor e vítima, homens e mulheres.

É inquestionável que os trabalhos de Ocalan na reformulação ideológica do PKK, do PYD e do movimento curdo como um todo contribuíram cientificamente, epistemologicamente e na prática à luta das mulheres curdas. Porém, não podemos associar apenas aos trabalhos dele, quanto à luta na resistência e das comunas por parte das mulheres, que diariamente colocam em prática a Jineologî e à reformulação das estruturas de gênero na sociedade curda. E percebe-se o quanto as mulheres curdas consideram que todo o movimento de libertação, Ocalan e o CF foram peças-chaves importantes para que elas pudessem se reconhecer enquanto mulheres e curdas e para que pudessem pôr em prática seus objetivos.

Além disso, também torna-se importante apresentar as limitações desta pesquisa. Tentou-se buscar uma diversificação de fontes, o que não foi totalmente possível devido aos entraves linguísticos bem como à limitação de acesso devido à localidade.

O trabalho em si é totalmente qualitativo e teórico, e no futuro torna-se necessário buscar meios quantitativos para contemplar esta análise, bem como para visualizar resultados empíricos acerca da participação das mulheres curdas na política. Pois, como apresentado, movimentos de libertação nacionais podem-se utilizar de pautas de gênero em busca de aprovação e por jogos políticos. Além disso, também teria sido relevante buscar mais pesquisas feitas de trabalho de campo, para contemplar visões locais do movimento.

Ademais, é necessário apontar que a Revolução de Rojava que começou em 2013 ainda não terminou. A luta dos curdos em Rojava contra as forças turcas e ao EI acontece neste exato momento. As dificuldades infra-estruturais, econômica e

sociais também possuem suas consequências no processo político dos curdos e na sociedade. Buscar implementar uma terceira via política em uma região historicamente disputada será um processo longo e que dependerá de inúmeras variáveis globais, regionais e locais.

Por fim, o estudo dos papéis das mulheres curdas no movimento de libertação curdo apresenta algumas lacunas, que necessitam de maior investigação e pesquisa. Como, por exemplo, questões que envolvam justiça social e a realidade e o espaço privado dessas mulheres. Ademais, também se torna necessário maiores discussões sobre como a autogestão de Rojava pode ou não se inserir globalmente, e quais os entraves à serem percebidos no caminho. Bem como discussões sobre a geopolítica e autogestão da região à longo prazo.

Quando se explora e estuda a Revolução de Rojava e a autodeterminação do povo curdo, e o papel das mulheres em tudo isso, é bem fácil se atentar mais às dificuldades diárias e à longo prazo desta empreitada. A guerra, a fragilidade infraestrutural e econômica, e a falta de recursos são um grande empecilho na continuidade deste processo. O imperialismo dos Estados também.

Porém, a Revolução de Rojava, a resistência dos curdos, a descentralização política, e a redefinição do papel da mulher na sociedade são uma realidade. E cabe a nós compreender as possibilidades, os ensinamentos e os empecilhos que podemos tirar deste processo.

REFERÊNCIAS

ALKAN, Hilal. The Sexual Politics of War: Reading the Kurdish Conflict Through Images of Women. 2018. **Centre d'enseignement, d'études et de recherches pour les études féministes**, n. 22, p. 68-92, 2018.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Editora Companhia das Letras, 2016.

AMOROSI, Lucia. Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão. 2019. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, 2019.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. 2013. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 659-688, 2013.

BBC NEWS. Quem são os curdos e por que eles são atacados pela Turquia. 2019. Acesso em 04 de agosto de 2022: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50012988>>

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Sykes-Picot Agreement**. Acessado em 04 de agosto de 2022: <<https://www.britannica.com/event/Sykes-Picot-Agreement>>

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. 1988. **Theatre Journal**. Vol. 40, No. 4, pp. 519-531, 1988.

CASTRO, Thais de Bakker. Guerreiras pela Liberdade: **Narrativas de Gênero e Libertação sobre as YPJ**. 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ÇAHA, Ömer. The Kurdish women's movement: A third-wave feminism within the Turkish context. 2011. **Turkish Studies**, v. 12, n. 3, p. 435-449, 2011.

DE MIRANDA, Sarah Siqueira. Por uma "dupla revolução": movimento de mulheres curdas na luta contra a opressão étnica e de gênero. 2016. **30ª Reunião Brasileira de Antropologia** - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

DE MORAES, Isaías Albertin; VIEIRA, Fernando. O Municipalismo Libertário e a Revolução em Rojava. 2017. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, v. 7, n. 2, p. 62-109, 2017.

DINER, Cagla; TOKTAŞ, Şule. Waves of feminism in Turkey: Kemalist, Islamist and Kurdish women's movements in an era of globalization. 2010. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, v. 12, n. 1, p. 41-57, 2010.

DIRIK, Dilar. Self-Defense Means Political Autonomy! The Women's Movement of Kurdistan Envisioning and Pursuing New Paths for Radical Democratic Autonomy. 2017. **Development**, v. 60, n. 1, p. 74-79, 2017.

DIRIK, Dilar et al. A Revolução Ignorada: **A liberação da Mulher, Democracia Direta e Pluralismo Radical no Oriente Médio**. 2018. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DÜZGÜN, Meral. The Kurdish Women's Movement: Challenging Gendered Militarization and the Nation-state. 2016. **Cultural & Critical Studies**, v. 8, p.1-43, 2016.

DÜZGÜN, Meral. Jineology: The Kurdish Women's Movement. 2016. **Journal of Middle East Women's Studies**, v. 12, n. 2, p. 284-287, 2016.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics.** 2014. University of California Press, 2014.

ENLOE, Cynthia. **The morning after: Sexual politics at the end of the Cold War.** 1993. University of California Press, 1993.

EREL, Umut; ACIK, Necla. Enacting Intersectional Multilayered Citizenship: Kurdish Women's Politics. 2020. **Gender, Place & Culture**, v. 27, n. 4, p. 479-501, 2020.

FRASER, Nancy. Mapping the feminist imagination: From redistribution to recognition to representation. 2007. . **Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

GÖKALP, Deniz. A Gendered Analysis of Violence, Justice and Citizenship: Kurdish Women Facing War and Displacement in Turkey. 2010.. Em: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, Oxford, p. 561-569, 2010.

GUNES, Cengiz. **Kurds in a New Middle East: The Changings Geopolitics of a Regional Conflict.** Londres, Reino Unido. Palgrave Macmillan, Londres, 2019.

KAKAEE, Miran. Democratic Confederalist Approaches to Addressing Patriarchal Violence Within the Justice System. 2020. **Capitalism Nature Socialism - Taylor & Francis Group**, v. 31, n. 4, p. 23-33, 2020.

KINZER, Stephen. Kenan Evren, 97, Dies; After Coup, Led Turkey With Iron Hand. **The New York Times**. 2015. Acesso em 4 de agosto de 2022: <<https://www.nytimes.com/2015/05/10/world/europe/kenan-evren-dies-at-97-led-turkeys-1980-coup.html>>

MELENDEZ, Stephanie. **Why Do Women and Children Join Insurgencies? A Comparative Study of the PKK and the FARC.** 2018. Tese (Doutorado em Estudos Globais e Internacionais) - Universidade Central da Flórida, Orlando, 2018.

METCALFE, Amanda; SOBOROFF, Shane; KELLEY, Christopher P. Social and Leadership Processes within the Kurdish Women's Freedom Movement. 2020. **Res Militaris**, v. 10, n. 2, p. 1-19, 2020.

ÖCALAN, Abdullah. **Guerra e paz no Curdistão: Perspectivas para uma solução política da questão curda.** 2008. International Initiative Freedom for Öcalan - Peace in Kurdistan, Colônia, Alemanha, 2008.

ÖCALAN, Abdullah. **Libertando a vida: A revolução das mulheres.** 2016. Fundação Lauro Campos, São Paulo, Brasil, 2016.

ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático**. 2020. Editora Terra Sem Amos, Brasil, 2020;

PAVIČIĆ-IVELJA, Katarina. The Rojava Revolution: Women's liberation as an answer to the Kurdish Question. 2016. **Časopis za povijest zapadne Hrvatske**, v. 11, p. 149-149, 2016.

RIBEIRO, Maria Florencia Guarche. **A Revolução em Rojava: Jin, Jiyan, Azadî (Mulheres, Vida, Liberdade)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2015.

RIBEIRO, Maria Florencia Guarche. A Revolução das Mulheres no Curdistão: Feminismo para além da Guerrilha. 2017. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's World Congress**. Florianópolis - Universidade Federal de Santa Catarina, p.1-13, 2017.

RIBEIRO, Maria Florencia Guarche. A Jineologî como uma contribuição à epistemologia feminista: um debate desde a perspectiva das mulheres curdas. 2019. **12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política** - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2019.

ŞİMŞEK, Bahar. Militancy, Reconciliation, Motherhood: A History of Kurdish Women's Movements. 2018 Em: **Democratic Representation in Plurinational States**. Palgrave Macmillan, Londres, p. 229-251, 2018.

ROJAVA . **The Social Contract of the Autonomous Regions of Afrin, Jazira, and Kobane**. Rojava, 2014. Disponível em: <https://rojvainformationcenter.com/storage/2021/07/2014-Social-Contract-of-the-Autonomous-Regions-of-Afrin-Jazira-and-Kobane-1.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2022.